

ATA N.º 5/2023

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO
DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2023:

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, na Associação Jardim Infantil de Ferrel, sita na Rua Jardim Infantil, n.º 1, freguesia de Ferrel, concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Atouguia da Baleia, de Ferrel e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Ana João dos Santos Lima (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Tiago Brás Correia (GCEPP), Margarida da Silva Martins (PSD), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), Dina do Rosário Constantino de Carvalho (CHEGA), António José Antunes Vieira (PSD) e João Manuel de Jesus Gomes (PS), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para a sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º - Aprovação da ata da sessão anterior.
- 2.º - Período de antes da ordem do dia.
 - 1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;
 - 2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;
 - 3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.
- 3.º - Período de intervenção do público.
- 4.º - Período da ordem do dia:
 - 1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;
 - 2) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia;
 - 3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para revogação da Deliberação n.º 39/2022, de 30 de setembro de 2022, no que concerne à autorização para a assunção do compromisso plurianual, referente ao apoio financeiro do Projeto de Arrelvamento do Sintético do Campo Desportivo da Serrana;
 - 4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2023;
 - 5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para composição do júri do procedimento concursal para a chefia do Núcleo de Contabilidade - cargo dirigente intermédio de 4.º grau;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para composição do júri do procedimento concursal para a chefia do Núcleo de Contratação Pública e Aprovisionamento de Bens e Serviços - cargo dirigente intermédio de 4.º grau;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para composição do júri do procedimento concursal para a chefia do Núcleo de Gestão do Património e Contratação Pública - cargo dirigente intermédio de 4.º grau;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para composição do júri do procedimento concursal para a chefia do Núcleo de Serviços Jurídicos e de Fiscalização Municipal - cargo dirigente intermédio de 4.º grau;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para composição do júri do procedimento concursal para a chefia do Núcleo de Serviços de Recursos Humanos - cargo dirigente intermédio de 4.º grau;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para composição do júri do procedimento concursal para a chefia do Núcleo de Saúde Ocupacional e Gestão de Riscos - cargo dirigente intermédio de 4.º grau;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para composição do júri do procedimento concursal para a chefia do Núcleo de Formação, Recrutamento e Desenvolvimento - cargo dirigente intermédio de 4.º grau;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para composição do júri do procedimento concursal para a chefia do Núcleo de Planeamento Territorial e SIG - cargo dirigente intermédio de 4.º grau;

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para composição do júri do procedimento concursal para a chefia do Núcleo de Gestão Urbanística e Projetos - cargo dirigente intermédio de 4.º grau;

14) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para composição do júri do procedimento concursal para a chefia do Núcleo de Reabilitação Urbana e Habitação, Fiscalização e Acompanhamento Técnico - cargo dirigente intermédio de 4.º grau.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e onze minutos, encontrando-se na sala vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

O senhor João Manuel de Jesus Gomes (PS) compareceu no decurso da sessão, eram vinte e uma horas e trinta e nove minutos, durante a apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, e passou de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Tiago Brás Correia (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD) e João Manuel de Jesus Gomes (PS), encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Ana Filipa Vala Fialho (PSD) e Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP) e Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), Carlos Alberto Reis Silva (PS) e Sandra Cristina Machado de Matos (PS) por serem os membros que se seguiam nas

respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

A senhora Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP) saiu da reunião eram zero horas e trinta e cinco minutos, quando decorria a apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Afonso Rosário Costa Clara (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvado pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 4/2023, respeitante à sessão ordinária do mês de junho, realizada no dia 30 de junho de 2023, tendo sido dispensada a leitura da mesma por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Posta à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetida à votação a ata em apreço, constatou-se o seguinte resultado:

Ata n.º 4/2023 – Aprovada, por unanimidade, com dezasseis votos a favor.

Apenas participaram na aprovação da ata os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na reunião, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente recebido:

- A Voz das Misericórdias, edições de julho e agosto de 2023;

- A publicação trimestral da Associação Portuguesa de Deficientes, de agosto de 2023.

- Deu conhecimento que o senhor Presidente da Assembleia Municipal recebeu um convite para a XXII Edição do Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais - Municipalía.

Disse, ainda, que o restante expediente se encontra disponibilizado na Meocloud.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Hugo Martins (GCEPP):

Apresentou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche, os seguintes votos de congratulação:

“O Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche faz um voto de congratulação, pelo facto de ter sido anunciado, mais uma vez, que as nossas praias irão receber os melhores surfistas do mundo entre os dias 06 e 16 de março de 2024.”

“O Jornal “The Guardian”, elegeu Peniche como uma das doze melhores cidades costeiras do sul da europa. É sempre importante este tipo de notícias, tendo em conta que promove Peniche a nível internacional.”

Apresentou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche, os seguintes votos de saudação:

“O Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche faz um voto de saudação à Associação Cultural e Recreativa da Ribafria, pela sua reativação e deseja aos órgãos diretivos um bom mandato.”

“O Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche apresenta um voto de saudação à Câmara Municipal e aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche, que decidiu, e muito bem, avançar com mais de um milhão de euros, para a construção do novo reservatório de água e requalificação do existente que, no fundo, tem como objetivo fazer face às necessidades e acompanhar o crescimento que a freguesia está a ter, quer em termos do aumento do edificado, quer em termos do aumento e crescimento da sua população. “

Vítor Agostinho (CDU):

Apresentou, em nome da Coligação Democrata Unitária, os seguintes votos de saudação:

“O grupo municipal da Coligação Democrática Unitária apresenta um voto de saudação a todas as associações e comissões de festas que durante o período de férias levaram a efeito as inúmeras festas de verão, umas mais que outras, mas todas com cariz popular, proporcionando momentos de alegria e animação a todos os munícipes que aproveitam esta época para nos visitar, contribuindo desta forma para uma maior atratividade do nosso concelho, mostrando assim, a vitalidade das mesmas organizações que em muitos casos são constituídos por elementos em regime de voluntariado.

“Aproveitando o facto de estar em Ferrel, uma saudação especial a todas as associações sediadas nesta freguesia.”

Francisco Salvador (PSD):

Apresentou, verbalmente, um convite aos grupos dos diversos partidos e associações de eleitores:

«Por iniciativa do Presidente da Câmara, no passado dia 08 do corrente, foi promovida uma sessão de esclarecimento em que foram convidadas diversas pessoas ligadas à hipotética criação de uma zona industrial no Vale do Grou, sobre a engenharia financeira que, sobre a opinião pessoa do autarca, será necessário desenvolver para implementar a referida zona industrial. Desde há muito que autarcas de todos os quadrantes, investidores e empresários concordam que a existência de uma zona industrial será uma mais-valia fundamental e imprescindível para o desenvolvimento económico do concelho. Porque se entende que o fórum privilegiado e em primeira instância para a análise e discussão de tão importante matéria é a

Assembleia Municipal, o grupo do Partido Social Democrata convida os outros grupos a associarem-se para, de acordo com o vigésimo quinto artigo do Regimento desta Assembleia Municipal, se possa solicitar a marcação de uma reunião extraordinária para debater exclusivamente o tema da criação de uma zona industrial e a forma mais correta de a fazer.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de congratulação:

«Apresentou um voto de congratulação à União Desportiva e Cultural de São Bernardino que foi campeã nacional de matraquilhos.»

Mário Mamede (GCEPP):

Apresentou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche, o seguinte voto de saudação:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche felicita todos os atletas do nosso concelho, as suas famílias, as equipas técnicas, associações e clubes, pelo trabalho desenvolvido que com o seu esforço e empenho contribuíram para alcançar relevantes resultados desportivos:

Os atletas do Clube de taekwondo de Peniche, e de mais atletas que obtiveram resultado de relevo no Campeonato Nacional de kickboxing em 2023 com vários títulos de campeões e vice-campeões nacionais;

Os atletas de natação de Peniche que participaram no Campeonato Distrital de Verão conseguindo um total de 30 pódios;

Os atletas da equipa do Clube Naval de Peniche no XXIV Campeonato Nacional Master de verão Open;

Os atletas da União Desportiva e Cultural de São Bernardino que alcançaram três pódios, no tornei internacional de master, séries de matraquilhos, realizado em Praga, na República Checa;

A equipa de tiro com arco da Serrana, que foi primeira classificada no Campeonato Nacional de Tiro com arco de campo 2022-2023;

A jogadora Carlota Teófilo que integrou o estágio de preparação da Seleção Nacional Feminina de Futebol, Sub-16, jogadora formada localmente pelo Grupo Desportivo Atouguiense, e atualmente a representar o Sporting Clube de Portugal;

O atleta Matias Canhoto, campeão europeu Gromsearch, Sub-16. O jovem surfista irá representar Portugal e a Europa nas finais mundiais.»

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse que:

No passado dia 08 julho, a convite da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, teve a oportunidade de estar presente na abertura oficial das comemorações dos 875 anos da Doação da Atouguia a D. Guilherme de Corni, que animou a vila e proporcionou bons momentos de encontro com a história.

Agradeceu e felicitou as comemorações e em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche, apresentou o seguinte voto de saudação:

«No contexto da formação do reino de Portugal e da reconquista cristã que decorria no século XII, a doação das terras de Atouguia, decorre de uma estratégia de ocupação de território como forma de consolidar a reconquista. Em 1148, o primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, doou as terras de Atouguia ao cruzado franco, Guilherme de Corni, como recompensa pelos bons serviços prestados na conquista de Lisboa aos Mouros no ano de 1147.

D. Guilherme de Corni tornava-se assim o principal responsável pela defesa e pelo desenvolvimento desta região que atualmente corresponde ao nosso concelho de Peniche.

Em 2023 recordamos e celebramos, os oitocentos e setenta e cinco anos deste momento fundador e marcante da nossa história local, que contribuiu para a formação do reino de Portugal e para a consolidação da reconquista cristã. Assim, o Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche felicita especialmente a freguesia da Atouguia da Baleia e propõe o voto de saudação pela importância histórica da doação das terras de Atouguia.»

Apresentou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche, o seguinte voto de louvor, por mérito desportivo:

«Vitor Severino integra a equipa técnica do Al-Nassr como treinador-adjunto e conquistou a taça dos clubes árabes Rei Salman, Liga dos Campeões Árabes, no passado dia 12 de agosto. O percurso desportivo deste nosso conterrâneo é motivo de orgulho, e neste momento de mais uma conquista, o Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche, propõe, por mérito desportivo, um voto de louvor a Vitor Severino.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Associou-se a todos os votos de louvor apresentados e acrescentou que o Sporting Clube Vila Maria, da cidade de Peniche, celebrou o seu 50.º aniversário.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Agradeceu, em nome da freguesia, o facto de ter-se escolhido Ferrel para a realização desta Assembleia Municipal descentralizada.

Disse que a bancada do Partido Socialista se associava a todos os votos apresentados, associa-se e concorda com a proposta da bancada do Partido Social Democrata e, em particular, a Freguesia de Ferrel associa-se ao voto apresentado ao senhor Vitor Severino, à imagem daquilo que tem vindo a acontecer ao longo dos últimos anos desde que começou a sua digressão internacional. Lamentou que tivesse sido necessário este nosso conterrâneo ganhar um título na equipa do Cristiano Ronaldo para que o Município desse conta dele.

José Monteiro (CDU):

Disse que a bancada da Coligação Democrática Unitária se associava aos votos enunciados. Fez referência ao Espaço Sénior São Leonardo pelo lançamento da primeira pedra que é, claramente, uma mais-valia para a freguesia da Atouguia da Baleia, deficitária na área das IPSS, e por isso com este projeto todo o concelho fica mais rico com este empreendimento.

Francisco Lourenço (GCEPP):

Desejou um excelente ano letivo a todos os alunos do concelho de Peniche, quer os que estudam no concelho de Peniche, quer os que estão fora. Disse que gostaria que os alunos fossem mais tolerantes e compreensivos, que os professores se preocupem mais com os alunos e com o seu futuro, que os pais sejam tolerantes e saibam educar os filhos em casa, pois não é função dos professores e funcionários da escola fazê-lo, que o Governo tenha uma atenção especial com a carreira dos professores, porque sem professores não há ensino e sem ensino de qualidade não há futuro para os nossos filhos. Enalteceu o papel que a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar tem no ensino superior, e cada vez mais é reconhecida a nível nacional. Congratulou-se, porque pensa que neste momento acabou a perda de alunos para os concelhos limítrofes.

Deixou uma palavra de apreço ao ensino profissional que, quer o Cenfim, a Formar ou a EPAV, fazem um trabalho muito importante no concelho, porque não se pode excluir os alunos que não têm capacidade para seguir uma carreira académica, mas que têm competências e elas têm de ser valorizadas, e essas escolas profissionais conseguem formar pessoas na área da indústria, na área do setor primário, como é o caso da pesca, quer na área dos serviços tão importantes para o futuro, e essas escolas merecem ser reconhecidas, porque fazem parte do sistema de ensino e não devem ficar esquecidas, tal como referiu na sessão extraordinária da “Carta Educativa”, todas as escolas, desde os Jardins de Infância, que é onde começa o percurso escolar de todas as crianças, ao ensino básico, que é muito importante para se começar a dar os primeiros passos. Por tudo o que referiu, acrescentou que não poderia deixar de desejar um excelente ano e que daqui a um ano possam todos reconhecer que o ano foi melhor que o anterior.

APRECIÇÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Francisco Salvador (PSD):

Disse que:

O extraordinário número de turistas e de visitantes que o concelho teve este verão, foi de facto uma confirmação do interesse que as pessoas têm em visitar o concelho e cidade de Peniche e, naturalmente terá sido benéfico para as unidades turísticas, hoteleiras, restaurantes e comércio em geral. Sugeriu que, atempadamente, se previssem soluções para a circulação automóvel em todo concelho e, de um modo especial, na cidade e, sobretudo, as questões relacionadas com o estacionamento, que este ano se revelou caótico na maior parte dos dias e na maior parte das ruas da cidade de Peniche e de muitas zonas litorais do concelho. Referiu que o número de visitantes é proporcional ao número de viaturas que os transportam e convinha saber acolher, mas também saber dar condições para que a presença de quem nos visita não importunem os que cá vivem, que também precisam de ter bem-estar.

Pretendia questionar se o tão anunciado, e bem, Programa Praia Segura, que prevê assegurar a vigilância balnear durante todos os dias do ano nas nossas praias, já está em funcionamento e quais são as praias onde essa vigilância está assegurada. Deu conta que, hoje, foi notícia nos telejornais que a Associação de Nadadores-Salvadores, a nível nacional, chamou à atenção para os perigos decorrentes do bom tempo que se tem vindo a verificar e que ainda se vai manter, de acordo com as previsões, e isso proporciona que as pessoas tenham vontade de ir para a praia e viver lá bons momentos, mas convinhem que fossem momentos de segurança e não de aventura com finais menos bons.

Gostaria de solicitar aos serviços uma informação relativamente à situação de pagamento de renda da concessão do antigo Parque Municipal de Campismo, se a mesma se encontra regularizada. Por outro lado, perguntou para quando se previa a reabertura ao público do parque que contratualmente estava marcada para o princípio de junho de 2022, porém, ainda este mês ficou de apresentar os projetos daquilo que pretende fazer. Referiu que foi dito na Assembleia Municipal que tinha havido muitas dificuldades do concessionário em obter os materiais para construção por causa da

guerra, no entanto, infelizmente a guerra continua e os materiais que o concessionário aguarda devem ser de grande dificuldade de obtenção, e o estranho é que tenha encomendado material sem sequer ter o projeto apresentado à Câmara Municipal.

As verbas para as escolas do concelho, que foram contratualizadas por protocolo com o Governo, foram alteradas pelo próprio Governo, confirmando-se assim as dificuldades com as obras que estavam previstas em alguns estabelecimentos do concelho, nomeadamente, com o pavilhão desportivo da Escola Básica Integrada 2,3 de Atouguia da Baleia. Atendendo a que um dia a chuva voltará, sem as obras necessárias o pavilhão da escola irá ter água infiltrada. Perguntou o que a Câmara Municipal tenciona fazer para obviar estas carências.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Pretendia que o senhor Presidente da Assembleia Municipal explicasse como fazia o controlo dos minutos desta sessão e como poderiam ter acesso a eles.

Gostaria de sugerir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que aquando da convocação das sessões tivesse algum cuidado, e deu como exemplo o facto de, hoje, ser o Dia Mundial da Música e irá decorrer um bom espetáculo em Peniche, pelo que seria útil que quem tivesse agenda pudesse participar. Referiu que, na sua opinião, esta sessão poderia ter tido lugar à quinta-feira e todos teriam tido a oportunidade de participar.

Relativamente ao Plano Diretor Municipal, sabia estar na fase de audição das entidades, pelo que gostaria de perceber se a Assembleia Municipal já recebeu, através da Câmara Municipal alguns relatórios e, em caso afirmativo, quais são os traços essenciais desses relatórios.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse que:

Em relação ao controle dos tempos, hoje não houve possibilidade de fazer a sua projeção, no entanto, a mesa vai alertando os grupos o tempo que vai passando, mas o Segundo Secretário, Mário Mamede, está a controlá-los via digital e irão passar essa informação.

Quanto à marcação, é pertinente o planeamento destas questões, mas conseguir marcar uma sessão de Assembleia Municipal que não coincida com um evento interessante é sempre difícil, até porque, ele próprio, gostaria de estar presente na Igreja de São Pedro, onde está a decorrer o espetáculo, mas não foi possível para estar na sessão da Assembleia Municipal, de qualquer forma a questão é pertinente e agradeceu a questão.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação ao tráfego, Peniche tem muitos prolemas e muita dificuldade em mudar o trânsito, particularmente na cidade. Referiu que estão a estudar algumas soluções, e a falta de estacionamento é um desses indicadores, inclusive têm estado a avaliar na Comissão Municipal de Trânsito a possibilidade de rever algumas situações, nomeadamente algumas vias que pela sua dimensão e largura convidam a grandes velocidades. Indicou que, pela própria cultura e comodismo, não iriam conseguir fazer,

pelo menos a curto prazo, o que as outras cidades já fazem há algum tempo, dando como exemplo a cidade de Pontevedra que não tem praticamente carros em todo centro da cidade. Disse, ainda, que é do conhecimento de todos que está a ser desenvolvido o Plano de Mobilidade do Concelho e uma das grandes dificuldades que têm com a equipa é aceitar as medidas que propõem, pois sabem que terão muita dificuldade em implementar, nomeadamente na discussão com os autarcas. Adiantou que também estão a terminar a definição das candidaturas aos fundos comunitários, as prioritárias, vão provavelmente fazer isso na próxima reunião de Câmara Municipal. Acrescentou que há uma candidatura que não podem deixar para trás e que tem de terminar no mês que vem, para fechar e depois pode reabrir, mas uma das primeiras prioridades será a segunda fase de reabilitação das muralhas, a outra das grandes prioridades será continuar a última fase da envolvente do fosse das muralhas, e aí terão a oportunidade de definir algumas questões. Agradeceu a questão, mas estão atentos e espera que quando for apresentado o Plano de Mobilidade, que não será apenas para os acessos pedonais é também para aspetos de trânsito e questões de estacionamento.

Em relação à Praia Segura, foi um dossier bastante trabalhado pelo senhor Vereador Ângelo Marques, o acordo está estabelecido, houve algumas dificuldades, nomeadamente um parecer negativo em relação a alguns aspetos da implementação deste projeto, e pensa que não haverá ainda condições para iniciar o ano 2024 com a sua implementação, mas está perspetivado que daqui a um ano se continue com a praia segura para além da época balnear. Deu conta que ficou combinado que em breve apresentariam dois regulamentos, em relação à praia segura, um é a regulamentação das escolas de surf, o outro é a regulamentação da própria praia.

Sobre o parque de campismo, estava previsto a empresa arrendatária ir a reunião de Câmara, no dia 15 de setembro, o projeto está um pouco atrasado, mas eles pretendem apresentá-lo rapidamente. Em relação ao pagamento, informou que a única prestação que está em atraso é a do mês de agosto e colocaram logo esta questão, mas sabem que têm estado no terreno, tanto no espaço interno como na parte exterior ao parque de campismo e que tem que ver com a definição dos projetos.

Relativamente às verbas para as escolas, foram colocadas, hoje, na reunião de Câmara duas questões, uma a propósito da falta de verbas para fotocópias, mas a Câmara Municipal reforçou as verbas a todas as escolas no que diz respeito a fotocópias e a outra sobre os materiais escolares tendo sido feita uma informação que irão averiguar e perceber o que se está a passar. Referiu que iria solicitar à Divisão de Educação que fizesse uma informação de todas as medidas que têm estado a tomar, desde que tomaram a responsabilidade da descentralização de competências das escolas, no mandato anterior, mas particularmente neste mandato, porque as coisas estão mais consolidadas. Adiantou que todos sabem que, em relação às escolas do primeiro ciclo, vão ter de continuar com uma intervenção permanente e recorrente da manutenção e do melhoramento das escolas e de aquisição de alguns equipamentos. Deu conta que o levantamento está feito e é exaustivo, estão várias pessoas envolvidas e, para além disso, também sabem que constituíram, este mandato, a Divisão da Educação, tem uma Chefe de Divisão que tem estado a intervir com as escolas, a coordenação com as escolas, na sua opinião, tem sido excelente, foi iniciado pela senhora Vereadora Ana Batalha e, naturalmente, querem continuar com essa coordenação, mas quem percebe, a Escola Secundária de Peniche, a Escola D. Luís de Ataíde, a Escola Básica Integrada 1,2,3 de Peniche e a que foi referido o estado em que a

receberam, sabe que a Câmara Municipal tem dificuldade em corresponder rapidamente, no entanto, não vão desistir e continua a dizer, para além de pensar, que isto foi uma questão estratégica, que as escolas não são responsáveis, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), do Ministério da Educação, que sabia que ia fazer a descentralização de competências e deixou de intervir.

Em relação ao pavilhão, a anterior Carta Educativa tinha um conjunto de objetivos, na sua opinião foi apenas trabalhado com um objetivo, o Centro Escolar de Atouguia da Baleia, os outros projetos não foram trabalhados. Acrescentou que neste momento a Carta Educativa está aprovada e estão a trabalhá-los, da parte do Ministério da Educação faltaram ao compromisso que foi assumido, existem vários documentos a comprovar isso, e na listagem das obras prioritárias estavam duas escolas, a Escola Básica Integrada 1,2,3 de Peniche e a Escola Básica Integrada 2,3 de Atouguia da Baleia, no entanto, para sua surpresa retiraram a de Atouguia da Baleia, mas em duas reuniões sucessivas com o senhor Diretor Regional isso foi falado na presença dos Diretores das Escolas e outros membros da comissão, inclusivamente o senhor Diretor Delegado disse que iria ajudar nesta situação e, mesmo tendo saído desta função para exercer outra, já assumiu que irá ajudar. Indicou que estão a recolher a informação para marcar uma audiência com o senhor Ministro da Educação no sentido de ultrapassar todos os patamares, porque não aceitam esta situação. Disse, ainda, que esta decisão da parte do Governo vai obrigá-los a olhar para a Escola Básica Integrada 2,3 de Atouguia da Baleia e saber que medidas vão tomar para atenuar o efeito do que achavam ser uma grande intervenção. Solicitou aos serviços municipais que pudesse elaborar uma informação o mais exaustiva possível.

Quanto ao Plano Diretor Municipal, está marcada uma reunião na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) para o dia 13 de outubro, têm estado em contacto permanente com um conjunto de entidades, nomeadamente com a CCDR, mas também com a empresa que trabalhava com a Câmara Municipal, algumas entidades que têm de dar pareceres e que fazem parte da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal e todos os pareceres são favoráveis, exceto um que tem um condicionante, os outros, ou não dão parecer ou não têm de dar.

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Relativamente à questão do Plano Diretor Municipal, informou que têm estado em contato com as entidades, já receberam, até hoje, nove pareceres, duas entidades optaram por não se pronunciar, as restantes deram parecer favorável condicionado, mas estão ainda em falta alguns pareceres.

Vítor Agostinho (CDU):

Disse que a bancada da Coligação Democrática Unitária observa a definição ou a indefinição do programa das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril com preocupação. Referiu que as reuniões que haviam sido realizadas deixaram de ter lugar há algum tempo, não existindo qualquer informação nem agendamento de futuras reuniões, assim, perguntam para quando está previsto retomar as mesmas a fim de ultimar o programa definitivo.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que o essencial do programa das comemorações dos 50 anos do 25 de

Abril está trabalhado pela comissão. Referiu que tem sido pressionado para fazer a reunião, mas o que disse foi que quando tiver agenda e quando não tiver outros assuntos que achar de maior prioridade que, na sua opinião, são as questões das candidaturas que estão para fechar e as candidaturas que estão para abrir, para além de outros dossiers que têm, não entende a urgência. Indicou que esta semana reuniu com a Comissão Municipal de Trânsito, a semana passada com a Comissão Municipal da Saúde e vão fazendo à medida que há disponibilidade. Deu conta que está prevista uma verba para o orçamento, em função das disponibilidades.

João Gomes (PS):

Disse que:

Em relação à questão do Plano Diretor Municipal (PDM) foi referido há pouco que já se pronunciaram nove entidades com parecer favorável condicionado. Indicou que a Alfândega de Peniche foi inquerida relativamente a este assunto e o parecer que deu não foi favorável nem desfavorável, apontou para um erro que existe no PDM que tem que ver com a questão do parque para os camiões de TIR. Explicou que a Alfândega de Peniche tem uma área de jurisdição de 36 concelhos, distribuídos pelo distrito de Leiria e Santarém, e tem também os concelhos do distrito de Lisboa que estão perto de Peniche, e isso leva a que as empresas sediadas nestes 36 concelhos, quando fazem importações fora da União Europeia, os camiões vêm para a Alfândega de Peniche, ou seja, a Alfândega de Peniche funciona como distância de destino para esses camiões que vêm com mercadoria não comunitária ou um camião que vem de Inglaterra que já não é da União Europeia, e isto leva a que diariamente haja um movimento de cinco a dez camiões TIR junto às instalações da Alfândega de Peniche. Relembrou que existia um parque junto à Alfândega, mas com a construção da estrada deixaram de ter acesso ao mesmo e os camiões andam espalhados sem condições, e a situação está a ficar bastante grave, porque têm muitas reclamações dos camionistas e o facto de ser uma estância aduaneira de partida ou chegada é difícil ficar nestas listagens, porque as alfândegas dos outros estados membros têm uma listagem com as estâncias que estão habilitadas, há uma empresa que é de um desses concelhos, está lá a Alfândega de Peniche e mandam para lá. Acrescentou que existem vários interesses e várias cidades que estão interessadas em ter Alfândega, e o senhor Presidente da Câmara tem conhecimento dessas situações, nomeadamente Leiria e Santarém, e deveria ser dada mais atenção a esta situação, porque neste momento os camiões não têm sítio onde estacionar. Expressou que a Câmara Municipal teve uma solução que foi, junto à Filmar, juntar um parque para os camiões que iria servir a Filmar e a Alfândega, porém os camionistas não querem lá estar, uma vez que existem vários carros ligeiros à volta. Referiu que, em 2002, a Câmara Municipal assumiu um compromisso cedendo o terreno à Alfândega pelo prazo de cinco anos, renovável por períodos de um ano e nesse mesmo despacho, de 2002, deliberou, ainda, que, na hipótese de a Câmara Municipal vir a necessitar daquele espaço, nomeadamente por motivos de arranjos urbanísticos da zona, o Município disponibilizaria na zona, para o mesmo fim, um espaço semelhante. Perguntou quando se iria resolver esta situação e de que forma, e se o Município de Peniche vai respeitar a deliberação de 2002.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Lamenta que isso não tenha sido previsto, em termos de projeto, até porque aquele estacionamento era precário. Referiu que, para aquela área, existe a intenção é olhar para o espaço, alterá-lo e fazer a proposta para que aquilo seja um espaço condicionado a camiões em relação à Alfândega e às empresas que estão ali. Disse, ainda, que todos compreenderão a dificuldade que é convencer algumas entidades que têm a competência decisiva na área envolvente do fosso e das muralhas, depois, no projeto consideraram algumas possibilidades no desenho, foi necessário deslocar-se à Direção Geral do Património Cultural com vários técnicos e ficaram de apresentar outra alternativa que irão apresentar quando entregarem o novo projeto de execução. Assumi que estão atentos, mas Peniche tem condicionalismos em termos de estacionamento, no entanto, vão tentar assegurar uma alternativa a partir do acesso do Intermaché, e condicionar o estacionamento, porque as autocaravanas vão para ali e pensam intervir.

José Monteiro (CDU):

Tendo em conta que se aproxima a abertura do Centro Cívico Intergeracional, questionou se existe uma previsão para a sua inauguração. A segunda questão prende-se com a atribuição e identificação de patrono Rogério Cação, uma proposta apresentada e aprovado em reunião do executivo em 2021, alguém homenageado pelo município, sempre destacando o percurso associativo e político, foi sempre alguém com entrega e compromisso, com os valores da liberdade, da democracia e da justiça e na promoção da cultura. Solicitou um ponto de situação relativamente a esta questão, aprovada em 2021.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que existindo uma deliberação da Câmara Municipal, a mesma será para cumprir. Referiu que existe uma candidatura a decorrer que tem aquela designação e têm de a respeitar, mas aquando da inauguração estará no local a referência ao senhor Professor Rogério Cação. Em relação ao dia da inauguração, disse que não iria assumir compromissos sem ter a certeza da data. Indicou que os procedimentos estão a ser desenvolvidos.

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Relativamente ao edifício, disse que os procedimentos para a aquisição do mobiliário estão a decorrer, tal como a contratação de uma equipa para fazer algumas correções no auditório. Referiu que, também, o Estúdio Municipal de Dança irá ter alterações que estão a ser feitas internamente e estão a avançar com algumas contratações para algumas problemáticas que surgiram, nomeadamente o excesso de gaiotas e de ninhos que estão a surgir e que não foram salvaguardadas no projeto e que podem vir a trazer problemas graves nos painéis solares. Deu conta que estão também a trabalhar internamente para proceder à deslocalização da Biblioteca, sendo que haverá outro espaço para o depósito dos livros, atendendo a que o edifício não tem uma sala próprio para esse fim. Relativamente ao espaço destinado a *cowork*, disse que foram também trabalhadas algumas soluções para que, até ao final do ano, se prepare o regulamento e que a proposta seja submetida à aprovação da Câmara Municipal.

José Monteiro (CDU):

Disse que desconhecia o que estava a acontecer em relação ao edifício, pelo que

foi importante as questões que colocou, pois permitiu a partilha de alguns dados relativamente ao andamento das obras do Centro Cívico Intergeracional, que agradeceu.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que estão a ser tomadas medidas na envolvente do edifício, nomeadamente o asfaltamento da Rua Francisco Sá Carneiro, a Praceta Tercasa e o seu acesso. Adiantou que existe outro aspeto que também está a ser tratado, para aquilo funcionar bem, é a questão do pessoal, que é muito exigente, e neste caso estão a procurar tomar algumas medidas.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir:

JOANA FIGUEIREDO:

Disse que:

Estava em representação dos pais da Escola do Filtro e a questão que pretende colocar foi exposta a muitas das pessoas que estão presentes, via email, e quer expô-la publicamente, porque, mesmo tendo sido minimamente esclarecida, pretende perceber melhor o que se está a passar com a Educação em Peniche. Expressou que é educadora, faz parte da educação, trabalha em Peniche pelo terceiro ano consecutivo, já se apercebeu de muitas falhas que têm sido recorrentes no concelho que lhe parecem um pouco estranhas e pretende tentar perceber por que razão isso está a acontecer num município como Peniche. Referiu que tem conhecimento de vários municípios, por ser professora, e acha que há coisas que acontecem neste concelho que são inconcebíveis, que não se entendem. Como é que em pleno século XXI, pais que já não vivem junto de avós, de tios e vizinhos com quem possam deixar os filhos, conseguem trabalhar e ao mesmo tempo ter filhos que tenham garantido um período escolar que se siga ao período em que estão com o professor titular ou com o educador. Indicou que, na última reunião ocorrida na Escola do Filtro, expôs que a partir do momento em que um município precisa de um serviço, seja ele de acolhimento, prolongamento parcial ou total, significa que existe necessidade. Acrescentou que lhe causa transtorno, enquanto educadora, o facto de estarem a falar de Educação e não terem assegurado para os seus filhos determinados serviços.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que não há capacidade financeira para corresponder e, em termos de investimento, não há comparação, é uma situação progressiva na área da Educação. Referiu que a senhora Vereadora Ana Batalha acompanhou este pelouro durante dois anos e teve uma participação ativa, aumento substancialmente alguns dos serviços, que têm vindo a melhorar e querem continuar. Aproveitou a oportunidade para agradecer o empenho, o esforço e algumas dificuldades em conseguir corresponder a tantas exigências, à senhora Chefe de Divisão, Carla Carriço, mas também à sua equipa. Fez referência também aos trabalhadores afetos aos Setor da Educação, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais, que fazem também um grande esforço.

Chefe da Divisão da Educação, Carla Carriço:

Disse que este ano, à semelhança do ano anterior, esteve alguém da Divisão da Educação nas reuniões do pré-escolar e não houve inscrições suficientes, até à data limite de inscrição, num Agrupamento em que todos os pais receberam um email com as datas limites, não foi o caso da senhora Joana Figueiredo que inscreveu a sua educanda dentro do tempo, e infelizmente não houve o número suficiente para a abertura do prolongamento, no entanto, como queriam oferecer o serviço, não abriu no primeiro dia de aulas, mas abriu na semana seguinte mesmo sem o número mínimo, porque entendem que se deve oferecer esse serviço. Relativamente ao acolhimento, disse que não houve inscrições suficientes, à semelhança do ano passado e por isso reabriram o prolongamento, houve inscrições suficientes em praticamente todas as escolas, no acolhimento, ainda não há inscrições suficientes, mas estão a analisar algumas situações, porque as inscrições não estão abertas na plataforma, a manifestação de interesse é feita através do email do setor da educação para onde mandam todos os comprovativos solicitados, portanto, está aberta a manifestação de interesse, na próxima semana irão analisar as situações que lhes foram propostas, não só na Escola do Filtro, mas nas outras escolas, e depois entrarão em contacto com os pais. Disse, ainda, que uma das coisas que falaram com o senhor Presidente da Câmara e com as escolas, e que está inclusivamente previsto na Carta Educativa e no Plano Estratégico Educativo Municipal, é levar a comunidade à escola e a escola à comunidade, neste caso, é levar os pais a participar, aliás, uma das coisas que falaram foi na importância de os pais apresentarem as suas ideias, obterem os seus esclarecimentos, obviamente, mas também perceberem as limitações que, enquanto município, têm e esse diálogo é muito importante para que as coisas corram bem, porque só assim sabem o que não está bem. Deu conta que não vão todos os dias, mas alguém da Divisão da Educação vai muitas vezes às escolas ver como corre o prolongamento e o acolhimento, experimentar as refeições e ver como decorre os serviços, mas não há nada como saber, não na primeira, mas na segunda pessoa, os pais. Referiu que irão fazer algumas sessões com alunos, com professores e com funcionários, já o fazem todos meses na Comissão de Proximidade Permanente que saiu do Conselho Municipal da Educação, que é com as direções e a Câmara Municipal, vão fazer com os Encarregados Operacionais e a Câmara Municipal e vão começar a fazê-lo com as escolas e com os pais, provavelmente na Escola do Filtro será antes disso, porque quer falar com os pais para esclarecer algumas coisas.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Agradeceu a presença da senhora Joana Figueiredo e disse que tem uma concessão de escola diferente daquela que existe em Portugal, porque entende que a escola a tempo inteiro é um erro tremendo que temos e que se vai pagar caro nas próximas gerações. Referiu que não deveriam estar a discutir se deviam ter um prolongamento depois de tantas atividades que as crianças têm durante o horário, o que deveriam estar a discutir é se os pais têm um horário de trabalho mais reduzido, esta é que é a grande questão, porque a ideia de colocar as crianças às sete horas e trinta minutos da manhã numa instituição escolar e ir buscá-las por volta das dezoito horas é o problema. Adiantou que se estão a formar crianças para o século XXII, no entanto, aquilo que está a acontecer é criar um problema a muitas crianças e aos encarregados de

educação. Acrescentou que, na sua opinião, a questão colocada é pertinente, foi dada a resposta pela senhora Chefe de Divisão que considerou adequada e devem ser encontradas as soluções possíveis, naturalmente, entre a Câmara Municipal, o Pelouro da Educação e os Agrupamentos.

Henrique Estrelinha (PS):

Agradeceu a presença e a questão da senhora Joana Figueiredo. Disse que também recebeu relatos relativos à Escola da Prageira onde mencionam que não há funcionários para acolher as crianças no início da manhã, uma preocupação que o Município deve ter em conta e resolver rapidamente.

Referiu que a questão que lhe causou curiosidade foi o facto de o senhor Presidente da Câmara dizer que não há capacidade financeira e perguntou como fazem os outros municípios, que têm uma série de serviços disponíveis nas escolas e nunca apresentam esta razão. Indicou que, provavelmente, o Município de Peniche terá de encontrar soluções mais engenhosas e que possam corresponder aos anseios da população.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que a questão levantada pela munícipe tem a sua pertinência, mas a educação merece ainda um outro tipo de reflexão. Relembrou que a Escola da Prageira teve, em determinada altura, alguns brinquedos que foram retirados por não estarem em condições, foi prometido que iriam ser repostos e não foram, mas pior que isso tudo, com prolongamento e acolhimento ou não, certo é que as crianças quando estão no recreio não têm uma única sombra, não têm um único abrigo e, tal como o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador, as crianças não podem estar massacradamente ocupadas na escola dentro da sala de aula, mas pelo menos, quando estão no recreio, que tenham condições para lá estar. Lamentou que na Escola da Prageira, que é bastante frequentada e com as agravantes de incidência solar naquele espaço, não proporcione comodidade nem para os professores, nem para os funcionários, nem para os alunos. Acrescentou que sabe das dificuldades financeiras da Câmara Municipal, mas isso é uma questão de opção, e isso foi falado no início deste mandato, ter os funcionários que tem que retira capacidade financeira para ter investimento, e só espera que a casa seja governável no futuro.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Por vezes lhe parecer que quem valoriza mais o concelho de Peniche são as pessoas que vêm de fora e muitas vezes o que se diz das outras Câmaras Municipais, não é rigorosamente como dizem, até porque também fala com os seus colegas e conhece as dificuldades. Referiu que há Municípios que avançaram com uma dinâmica de construção de novas escolas, de centros educativos e a Câmara Municipal de Peniche não teve essa dinâmica e por isso é que referiu, em relação à Carta Educativa, que não é mais uma, é uma Carta Educativa que tem um plano de execução de projetos, independentemente de estar garantido ou não o financiamento. Mencionou que quando for falar com o senhor Ministro da Educação, espera ser em breve, terá de lhe dizer que a Câmara Municipal tem o projeto de execução da Escola Básica Integrada 1,2,3 de Peniche elaborado e que está a ser desenvolvido o projeto para a Escola Básica

Integrada 2,3 de Atougua da Baleia, porque é preferível ter, pelo menos, estudos prévios ou programas em relação àquilo que pretendem e, aquando da discussão da Carta Educativa, definiram o plano, porque são tantas as necessidades que é difícil corresponder de uma forma eficiente.

Relativamente aos telheiros, no tempo do senhor Deputado Francisco Salvador todas as escolas tinham telheiros, mas foram promovidas alterações, que não crítica, que tiveram que ver com a construções de casas de banho, de refeitórios, de salas para os alunos, mas ninguém fez os telheiros. Referiu que estão na outra fase, ou voltam atrás e fazem um grande programa de construção de telheiros em todas escolas em atividade do 1.º ciclo ou acreditam naquilo que ainda não é a prioridade. Indicou que o Município fez um grande esforço e os trabalhadores num conjunto de escolas durante o período em que as escolas estiveram sem atividade. Mencionou que a Escola do Filtro levou uma intervenção que, na sua opinião, está completa, mas quando estavam na Escola do Filtro surgiu uma emergência que não estava prevista em três salas da Escola Secundária de Peniche e, foram aprovadas as candidaturas, mas aquilo não foi devidamente contemplado, a Câmara Municipal teve de intervir. Indicou que esta é a missão da Câmara Municipal e não o vão ouvir dizer que a descentralização de competências para os municípios é uma opção errada, errado é não vir com os meios suficientes para executar o que precisam, porque se os autarcas quiserem fazem melhor que o Governo, até porque na Educação o Governo tinha trabalhadores responsáveis, delegados regionais, normalmente com intervenção política.

Quanto ao equipamento desportivo para as escolas, estará todo adquirido para substituição dos equipamentos que não estão em condições.

Sobre a substituição dos brinquedos, está definido, tem um critério que espera estar a ser cumprido e assim que os equipamentos cheguem é para aplicar.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Agradeceu à senhora Joana Figueiredo por ter colocado este assunto e pela coragem. Concordou com o que foi dito por alguns dos senhores Deputados Municipais que é uma questão de opção. Deu como exemplo as Freguesias, que não têm competência na Educação, ainda assim, fará no próximo ano 10 anos que foi implementado na Freguesia de Ferrel o acolhimento, que continua a funcionar, antes do período letivo e no final do período letivo. Disse ser verdade o que foi referido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, que já deveriam estar noutra ponto, mas o que é facto é que existe a necessidade dos encarregados de educação, que têm de trabalhar, e isto é tudo uma questão de opção política, a questão financeira não o convence, porque no caso do Município de Peniche, em termos de receita de impostos e que todos os anos aumenta, portanto, há que tomar uma opção política de onde investir, porque poderiam fazer outro tipo de "brilharestes", mas acabam por investir na Educação, neste caso, assim como investem na Saúde, no caso concreto do posto médico, e deixam alguns "brilharestes" de parte, mas continua a afirmar que isto é uma questão de gestão e de opção política que, na sua opinião, não está a ser feita da melhor forma. Acrescentou que é curioso ouvir o senhor Presidente da Câmara falar na sua postura, e em algumas coisas concorda, junto do Governo, de perceber as dificuldades existentes do Governo para o Município e que efetivamente os autarcas fazem melhor, porque estão mais próximos, é pena que essa sensibilidade não exista do Município para as Freguesias.

Hugo Martins (GCEPP):

Agradeceu à senhora Joana Figueiredo a sua presença e as questões levantadas que são pertinentes. Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, lembrou que quem teve a responsabilidade e o Pelouro da Educação, nos últimos dois anos, foi o Partido Socialista e se não consideraram uma prioridade, deveriam tê-lo feito, no entanto, não iria criticar, porque, na sua opinião, houve aspetos positivos e outros que poderia ter-se feito melhor. Referiu que, olhando para trás e perceber o que foi falado, devem conhecer a sua terra e o passado, porque quem aqui chega não percebe a história, as dificuldades que se tem vindo a viver, sobretudo nas escolas em que as instalações estão completamente degradadas, é necessário fazer ampliações nas escolas, melhoramentos significativos e o senhor Presidente da Câmara já assumiu como a principal prioridade do mandato a intervenção nas escolas. Adiantou que o senhor Presidente da Câmara tem falado persistentemente nas candidaturas a fundos comunitários, como é o caso da Escola Básica Integrada 1,2,3 de Peniche, mas isto são objetivos que levam tempo, não se consegue cumpra-los a curto prazo, é como na vida pessoal e profissional, ninguém consegue cumprir todos os objetivos no próprio dia, são definidos objetivos e tem de se trabalhar muito para os conseguir, e mesmo assim alguns não conseguem atingir, porque se depende de fatores alheios que não se consegue controlar. Disse, ainda, que quando o executivo e o senhor Presidente assumem que é uma prioridade do mandato, fica feliz por saber que no futuro estas questões possam estar ultrapassadas e possam estar a caminhar no bom sentido. Acrescentou que não deveriam politizar uma questão tão importante como a Educação, ela é que vai transformar o futuro e a sociedade no nosso concelho.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que não se revê nesta situação e lamenta que a política leve a estas situações, porque entende que a senhora Vereadora Ana Batalha estava a fazer um grande esforço, tinham os mesmos objetivos, as mesmas prioridades, tinha autonomia, estavam em sintonia e no caminho certo. Referiu que, provavelmente, quando foi feita a descentralização de competências não estavam preparados e ainda hoje não estão, mas ninguém quer saber disso, querem é resultados. Espera que, quando sair destas responsabilidades, quem vier, e até pelo que se ouve na maioria das bancadas, resolve os problemas em meia dúzia de dias, fica tudo resolvido. Indicou que se estão a criar expectativas às pessoas enquanto isto é um mundo de problemas e vai ser muito difícil o concelho de Peniche recuperar o tempo perdido, mesmo que todos digam que no passado alguém fez melhor, não, não se fez o trabalho de casa e continuam a não fazer, continuam a desgastar-se com coisas que não deviam ao invés de se concentrarem naquilo que é essencial. Espera que no próximo mandato, quer seja ele próprio ou outro Presidente de Câmara, haja maioria absoluta para funcionar em pleno e que tenha a coragem de colocar quatro Vereadores a tempo inteiro para trabalhar com os técnicos municipais e que continue a trabalhar no plano de reorganização.

ÁLVARO ANDRÉ PAIVA AMADOR:

Disse que:

Sobre a mobilidade e os transportes no concelho de Peniche, na sua opinião, é preciso pensar como os turistas vêm ter a Peniche, estão a começar o outono, neste momento a rede expresso faz o serviço que faz, as rápidas param nos sítios que param e, neste momento, é preciso dar um passo em frente, ou seja, existe uma área do concelho que não tem acesso direto a Lisboa, a freguesia de Ferrel, a freguesia da Serra d'El-Rei e uma parte da freguesia de Atouguia da Baleia, incluindo a vila de Atouguia da Baleia. Referiu que quem vem na rápida tem de parar em Geraldês, pelo que deixou um apelo para se fazer o trajeto entre Baleal - Ferrel, Serra d'El-Rei - vila de Atouguia da Baleia e Geraldês e fazer a ligação com a rápida para Lisboa. Reconheceu que não é uma questão fácil, porque envolve verbas e as transportadoras, mas é uma ideia para o futuro, porque, como já aqui foi dito, dentro de seis meses têm o Campeonato Mundial de Surf, há o problema de estacionamento na cidade de Peniche e começa talvez em outras zonas do concelho, a questão das alterações climáticas que está na ordem do dia e, em termos de transportes, dentro do concelho, têm de começar a pensar como chegar a outras localidades sem ser a cidade de Peniche.

Relativamente à ligação entre Peniche e Caldas da Rainha, quem vier da linha Norte para Peniche ou de Peniche para a linha Norte há muito poucos autocarros, ou vão para Lisboa ou vão de transporte próprio até Caldas da Rainha para apanhar a Rede de Expresso ou a CP - Comboios de Portugal, mas era interessante ver os horários e as ligações, incluindo à sexta-feira e ao domingo, até porque Peniche tem uma Escola Superior com mais de mil alunos, muitos deles vêm estudar para Peniche e depois têm esta dificuldade.

Em relação ao 25 de Abril, para o ano é o investimento do concelho de Peniche, em primeiro lugar, é um investimento em democracia e educação, em segundo lugar é uma questão territorial a nível da Europa e do Mundo, porque Peniche também é conhecido pela cadeia que teve, não só, mas também. Alertou que a questão do 25 de Abril irá trazer gente a Peniche e ao país, será uma forma de mostrar a história, mas também de catalisar o que passaram, e todos sabem que o concelho de Peniche foi prejudicado por ter uma prisão política, por isso solicitou que para o ano haja uma verba significativa. Além disso, lembrou duas datas que se aproximam, daí a sua preocupação, para o próximo mês faz anos que houve a Guerra das Espoletas e em fevereiro de 2024 faz anos que foram presos os primeiros cidadãos de Peniche, em 1927, é uma questão sensível, mas também é uma questão a pensar no futuro.

Se fala em atrair turistas e Peniche tem equipamentos fabulosos, nomeadamente o Museu da Serra d'El-Rei, o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia e o Museu das Rendas de Bilros em Peniche, mas no Museu de Rendas, caso alguém queira comprar brindes ou lembranças, ou tem dinheiro ou tem de ir levantar, mas como os multibancos são longe perde-se muitas vezes a oportunidade de os visitantes ficarem com uma lembrança de Peniche e fazerem publicidade gratuita para onde vão.

Está preocupação, porque em julho souberam pela comunicação social que as obras no internamento Psiquiátrico em Peniche estavam concluídas, faltava apenas o aval do Ministério das Finanças em cerca de meio milhão de euros, em setembro voltou a sair no jornal "A Voz do Mar". Referiu que é importante não só o Centro Hospitalar do Oeste neutralizar a pressão, mas também os órgãos municipais, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, a Junta de Freguesia e a Comissão de Utentes para insistir com o Governo para que isto não fique outra vez sem se concretizar. Indicou que, neste momento, é uma necessidade objetiva e neste aspeto têm de batalhar para que se abra o

mais rápido possível, dizendo ao senhor Ministro das Finanças que a verba não é assim tão avultada e exigir que a unidade entre a funcionar o mais rápido possível.

Agradeceu ao Jardim de Infância de Ferrel, porque voltar a uma Assembleia Municipal em Ferrel é uma honra.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que existe uma coisa que o preocupa cada vez mais que tem que ver com a questão da mobilidade e dos transportes. Mencionou que no serviço expresso têm a rápida que funciona bem, mas perderam a possibilidade de viajar em transportes públicos ao fim de semana e isto é mau, é inacreditável, porque as pessoas que não têm carro não podem, ao fim de semana, deslocar-se a uma localidade qualquer, e isto não faz sentido nenhum, pois nem toda a gente tem carro ou mota. Disse, ainda, que têm de olhar para o problema dos transportes públicos de uma outra forma. Expressou que os Municípios estão naquela de aceitar tudo o que é transferência de competências do Estado para os Municípios e também nesta área serão responsabilizados por isso, é uma questão de tempo.

Relativamente ao 25 de Abril, percebeu a resposta dada pelo senhor Presidente da Câmara ao senhor Deputado Vítor Agostinho, mas discorda, porque os 50 anos do 25 de Abril não é uma comemoração qualquer e não é por acaso que o Estado Português iniciou as comemorações do 25 de Abril há meses, portanto, é uma questão de se resolver.

Sobre o hospital e a questão da psiquiatria, gostaria que o senhor Presidente da Câmara lhe pudesse responder, porque recebeu a seguinte mensagem: *“Boa tarde, coloquei isto numa última Assembleia Municipal que tinha a ver com a situação do elevador do hospital e que não estava resolvido”*, a mesma pessoa fala na possibilidade de encerramento de mais um serviço no hospital de Peniche, a medicina, pelo que gostaria de saber se é verdade ou não.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação aos transportes, é um problema que tem tendência a agravar-se, inclusive para corresponder aos alunos de todo o concelho recorrem a um conjunto de serviços que não se fazia, nomeadamente táxis, que vão buscar crianças com mobilidade muita reduzida, protocolos com várias instituições do concelho e, no futuro, vão ter de investir mais. Referiu que se utiliza muito a palavra transportes públicos e parece que é um serviço público assegurado pelo Estado e é um serviço comercial, em que as empresas apostam onde têm lucros, se não houver lucro não apostam. Revelou que uma das dificuldades que enfrentou, entre muitas, quando entrou na Câmara Municipal, foi perguntar quem era o técnico responsável pelos transportes e não havia. Informou que no momento estão a assegurar isso diretamente com as empresas, é uma situação grave, é pertinente e não sabe como poderão corresponder, porque é fácil assumir o que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referiu em relação a não haver nenhum transporte, mas o que as empresas dizem é que os autocarros andam a dar a volta ao concelho e não têm clientes.

Em relação aos transportes públicos, ainda na versão que discutiram na Assembleia Municipal e que a nível da OesteCIM está a ser discutida, porque houve transferência de competências para a OesteCIM, sem almofada financeira, que é

necessária, e como devem calcular ele próprio está em minoria, mas a OesteCIM está a estudar a hipótese de adquirir 51% de uma empresa para procurar colmatar estas insuficiências, na sua opinião, é um risco, mas se não for assim, provavelmente não terão solução.

Em relação à questão do 25 de Abril, ninguém está a desvalorizar os 50 anos do 25 de Abril, o que referiu foi que iria haver uma verba substancialmente maior do que é hábito, porque as verbas disponibilizadas para as comemorações do 25 de abril eram muito residuais em relação àquilo que em tempos foi. Recordou que o referiu foi que a Comissão do 25 de Abril já trabalhou, tem muito trabalho feito, tem conclusões, tem propostas e vai haver uma reunião.

Em relação à comunicação que o senhor Álvaro Amador recebeu sobre o encerramento da Medicina, não é verdade, no entanto, quando a notícia lhe chegou perguntou a quem devia e não corresponde a verdade. Informou que tem uma reunião agendada em relação ao Centro Hospitalar do Oeste, porque entende que está na altura de falar sobre este assunto. Deu conta que a Comissão Municipal de Saúde esteve reunida a semana passada, decidiu avançar com o documento estratégico da Saúde para o concelho de Peniche e é isso que está a ser trabalhado e, em breve, irão reunir novamente.

Senhor presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Relativamente à questão da saúde, complementando o que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, que é verdade, informou que foi contactado, há cerca de uma semana, por telefone, por uma pessoa que não se quis identificar e a informação que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador, transmitiu foi a mesma que lhe transmitiram, ou seja, que supostamente haveria esse perigo. Deu conta que, estando o Governo em Leiria, colocou o assunto a um responsável que o transmitiu ao senhor Ministro da Saúde que prontamente informou que estava a tratar do assunto e o que se passou foi que havia um problema com uma Chefia do Serviço de Enfermagem, que foi resolvido, foi nomeado uma nova chefia e já saiu a circular, e o serviço nunca fechou, no entanto, aquilo que o senhor André Amador disse sobre a questão da Psiquiatria e sobre alguma posição que a Assembleia Municipal possa tomar e ter a atenção que deve ter recorrentemente, não deixa de ser sempre uma salvaguarda.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Chamou à atenção que questões sobre o hospital de Peniche, nesta Assembleia Municipal, inicialmente é sempre difícil colocar, mas mais tarde são confrontados com o problema. Pretende que fique registado em ata o conjunto de questões que têm sido colocadas sobre o hospital, um a um, para que daqui a um tempo falem todos juntos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Relativamente às questões sobre a Saúde, subscreveu, e as questões que têm estado a debater, hoje e no passado, devem fazer parte do documento reivindicativo, que poderão chamar de documento estratégico, mas é reivindicativo, nomeadamente a questão da Psiquiatria, e é verdade que estão a falhar, a questão do internista que está em medicina e que neste momento é uma dificuldade para dar apoio ao serviço de urgência. Referiu que estas questões iriam ser colocadas, até porque o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste conhece a situação, e o Município de

Peniche não pode corresponder, porque a diferença está entre salvar uma vida ou deixar morrer a pessoa.

VÍTOR:

Agradeceu à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Ferrel pelo trabalho feito nos caminhos que foram arrançados. Referiu que não é contra os agriculturas, mas por acaso no sítio onde tem o casal, num dos caminhos que vai para a Almagreira, na parte inferior, a Junta de Freguesia de Ferrel com a Câmara Municipal colocaram uns tubos para passar as águas, as regueiras bem feitas e ao fim de vinte e quatro horas algumas delas foram tapadas e como não estava cá na altura que o caminho foi iniciado, acabou por ficar com duas “piscinas”, porque basta chover uma hora em Ferrel que os agricultores taparam as regueiras e a água cai toda sobre esse lado. Indicou que a água chega lá e como é muita tem de passar, logo, passa para o outro lado. Disse, ainda, que pediu à Junta de Freguesia de Ferrel que ajudasse, pelo menos naquela parte, para subirem a parte do terreno que acabou por ficar funda. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel que pudessem falar com os agricultores, porque todo o trabalho que tiveram foi por água abaixo.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que, talvez há dois anos, que o senhor Manuel e o senhor Vítor, quer no terreno, quer na Junta de Freguesia, vão falando e os anos passam e as soluções não existem e, há pelo menos um ano tem vindo a dizer-lhes que colocassem o assunto numa sessão da Assembleia Municipal, porque senão ele próprio está sempre a falar no assunto e parecer que se quer desculpar. Adiantou que, em 2018, propôs um Código de Postura Municipal para resolver vários assuntos, entre eles os caminhos agrícolas, na altura havia também alguns problemas com o caminho da barragem e, na altura, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, corroborou que era preciso encontrar-se a solução de regulamentação para criar regras, porque vão conversando com os agricultores e vão aos locais, mas existe efetivamente algumas práticas que levado ao extremo faz com se esteja, por vezes, a queimar dinheiro, porque vão arranjar, depois estraga-se por más práticas, uns têm culpa, outros não têm e aquilo que é preciso é existir uma regulamentação mínima. Colocou, neste mandato, a questão da comissão para a elaboração do Código de Postura Municipal que, naturalmente, tem de ser presente a reunião de Câmara para aprovação, senão será nulo, de qualquer forma, é preciso que alguém o faça, e uma vez que o senhor Presidente da Câmara, nem a Câmara Municipal o faz, que faça a Assembleia Municipal ou alguém e se quiserem mandatá-lo para fazer ele propõem-se a apresentar uma proposta de um Código de Postura Municipal, depois será discutido, votado e, finalmente, poderá ser aprovado, para que quando estiver a acontecer coisas, e já chegou a acontecer, e depois de vários avisos teve de se deslocar, a um domingo, 26 de maio de 2019, dia das eleições europeias, porque havia queixas de que estavam a regar para o caminho e a fazer más práticas, chamou-se a Guarda Nacional Republicana, mas aquilo é um processo sem fim. Acrescentou que é preciso haver regulamentação e que a fiscalização municipal possa ser acionada para resolver os assuntos, como se resolveu o assunto das queimas e queimadas que com o tempo houveram algumas coimas e houve um efeito dissuasor e hoje todos cumprem, ou seja, é raro a pessoa que não informe

previamente que vai fazer e cumprem as obrigadoriedades que são impostas, no que diz respeito à época em que se pode fazer queimas e queimadas, e para esta situação e para outras também é preciso fazer o mesmo, é preciso é que alguém faça alguma coisa, ele próprio já não sabe o que fazer, nem o que dizer às pessoas.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que não conhecia a situação, logo não pode avaliar qual será a solução. Em relação àquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, disse, sendo verdade que no mandato passado colocou esta proposta várias vezes em cima da mesa, no atual mandato a responsabilidade já não é do Presidente de Câmara, até por que foram constituídas várias comissões da Assembleia Municipal, portanto, a responsabilidade é da Assembleia Municipal. Referiu que, logicamente, quando chegar ao fórum da Câmara Municipal terão de responder. Relativamente à última parte da intervenção, disse que se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, acha que tem facilidade em propor um Código de Postura Municipal, proponha em sede de Assembleia Municipal e discutam e a Câmara Municipal irá colaborar. Reconheceu que na Câmara Municipal há dificuldades de algumas coisas andarem, mas se a Assembleia Municipal quiser a Câmara Municipal agradece.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que havendo uma comissão da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Câmara deixa de ter competência, ou seja, não pode propor à Câmara Municipal um Código de Postura Municipal, a competência passa a ser da Assembleia Municipal. Referiu que irá propor, até ao fim do ano não custa arranjar tempo para fazer uma proposta dessas, espera é que não cai no caldeirão das outras, porque propostas está farto de fazer e nem sequer resposta obtém.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse que, sobre a matéria, de facto já foi proposto ao Presidente da Assembleia Municipal a criação de uma comissão nesse sentido. Indicou que já comunicou com os representantes dos diferentes grupos e estão também, naturalmente, disponíveis. Deu conta que já começou a trabalhar, pelo menos a tentar perceber do que se tratava o Código de Posturas e, certamente, irão trabalhar essa matéria. Adiantou que está disponível para trabalhar com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, para ajudar a elaborar o Código de Postura Municipal.

ANA FIGUEIREDO:

Disse que a escola pública vai dos três anos até aos dezoito, no Município de Peniche existe um suporte de apoio à família, quando termina o ano letivo, o “Fora da Caixa”, e bem, no entanto, este ano deparou-se que para a resposta das crianças que estão em jardim de infância público e que ainda têm o privilegio de conseguir entrar num jardim de infância público, aos três anos, começa a ser escassa a resposta, não há nenhuma resposta no final do ano letivo que consiga apoiar as famílias quando o ano letivo termina, portanto, o “Fora da Caixa” só abrange crianças a partir dos quatro anos. Perguntou qual seria a resposta para ajudar as famílias que têm as crianças que estão em jardim de infância públicos a ter esta componente no final do ano letivo. Frisou que

o “Fora da Caixa” ajuda muito as famílias do concelho que, como sabem, muitos vivem de trabalhos sazonais e muitos dos trabalhos são durante o verão, mas depois o que acontece é que quando chegam a 01 de setembro o que é que as famílias fazem com as crianças se não tiveram opção de colocar férias, qual será o suporte, até porque em outros anos o “Fora da Caixa” abrangeu a primeira ou a segunda semana de setembro, porém este e o ano passado não ocorreu o mesmo.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que o “Fora da Caixa” foi uma experiência que iniciou no mandato passado, com bons resultados, naturalmente que a questão é se conseguem ter capacidade para responder a todos os pedidos que vão aparecendo, às vezes por várias vicissitudes não há condições, de qualquer forma, a senhora Chefe de Divisão da Educação, Carla Carriço, acompanhou a situação nos últimos dois anos e poderá esclarecer.

Chefe da Divisão da Educação, Carla Carriço:

Disse que, relativamente à universalidade a Educação, de facto, atualmente, ela é dos quatro aos dezoito em Portugal, por isso é que há muito poucas crianças, e em Educação, criança é do pré-escolar, aluno é a partir do primeiro ano de escolaridade, daí haver muito poucas crianças com três anos no público.

O “Fora da Caixa”, efetivamente, é a partir dos quatro anos, normalmente os alunos que frequentam é para crianças do município, em agosto, à partida já têm quatro anos, abaixo disso referiu que o “fora da caixa” é um OTL - Ocupações de Tempos Livres, e para ser um verdadeiro OTL, e já contactaram o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) a este respeito, não pode ter alunos com esta idade tão terra, tem de ser a partir dos seis e essa é uma dificuldade que sentem, porque é dos quatro aos doze anos, sendo que se tiverem necessidades educativas específicas pode ser até aos quinze, e ter uma criança de quatro anos com uma criança de quinze no mesmo espaço não é muito fácil, mas havendo essa oportunidade têm atividades apropriadas para cada grupo. Quanto à primeira semana de setembro, efetivamente, o ano passado houve, no entanto, o regulamento prevê que é até ao final do mês de agosto, daí este ano ter sido até ao final do mês de agosto. Acrescentou que as famílias devem ser responsáveis pelas crianças e sabe-se que se fosse possível os pais puderem ter os seus filhos ocupados durante onze meses e três semanas teriam, sendo que este ano têm um problema que se chama greves e percebem que os pais têm de tirar dias por isso mesmo, no entanto, foi solicitado um parecer ao Gabinete Jurídico para alteração do regulamento, porque acham estar desatualizado, por isso é uma das questões que vão pensar e repensar, mas, na sua opinião, eles também têm de ter algumas férias do espaço escola.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(continuação)

APRECIÇÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia continuou a apreciação do ponto em epígrafe, que havia sido interrompida para dar lugar ao período de intervenção do público, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Luís de Almeida (PSD):

Disse que:

A sua intervenção é da sua inteira responsabilidade.

«Eu fui eleito para a Assembleia Municipal pensando, e julgo que corretamente, que a Assembleia Municipal era um órgão fiscalizador da atuação do executivo e nesse sentido, entendo que alguns assuntos do executivo devem vir a este fórum, a esta Assembleia. O que vou dizer dá nota de pouca autonomia, no meu entender, deste órgão. É claro que os procedimentos concursais são certamente assuntos de muito interesse e que têm de ser resolvidos, mas sabendo nós, ou pelo menos sabendo a sociedade de Peniche e a comunidade de Peniche, que existem problemas gravíssimos no executivo, não parece razoável que o senhor Presidente não tivesse posto na ordem de trabalhos alguma reflexão sobre este assunto. Julga que não houve nenhuma Assembleia após a rescisão dos Pelouros pelos senhores Vereadores do Partido Socialista e é nesse sentido que eu estranho que o senhor Presidente da Mesa não tenha introduzido na ordem de trabalhos um ponto de reflexão sobre o funcionamento do executivo na sequência da rescisão aos pelouros pelos Vereadores do Partido Socialista.

Senhores Vereadores, acham que é razoável esclarecerem esta Assembleia sobre as razões que levaram a essa decisão.

Por outro lado, vai-se ouvindo que o senhor Vice-Presidente se irá igualmente demitir. Senhor Vice-Presidente, há fundamento?

Senhor Vice-Presidente, pode esclarecer se esta Assembleia pode contribuir de alguma forma para que esse mal-estar entre o executivo possa ser ultrapassado, porque julgo que é essa uma das funções desta Assembleia, posso estar enganado senhor Presidente, mas é este o entendimento e é este o sentido da minha intervenção. Muito obrigado.»

Senhor presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Corroborou com o princípio da exposição do senhor Deputado Luís de Almeida, uma vez que, estão a tratar e estão no ceio de um órgão que deve, de facto, vigiar o Executivo Municipal. Em relação à agenda, ela é negociada entre o Presidente da Assembleia Municipal e o Executivo Municipal, dá quase sempre prioridade aos assuntos de natureza administrativa que são por vezes urgentes. Naturalmente, havendo uma proposta dos diferentes grupos municipais, podem introduzir um elemento dessa natureza.

Considerou que a explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara em reunião de Câmara pudesse ter sido suficiente, provavelmente, não para um órgão desta natureza, e nesse sentido alguém deveria ter feito uma intervenção no sentido de esclarecer os membros da Assembleia Municipal. Neste sentido concordou com o senhor Deputado Luís de Almeida e acha pertinente a intervenção que fez, embora, a negociação da agenda da Assembleia Municipal não é fácil face aos conteúdos de natureza administrativa, que são sempre urgentes.

Luís de Almeida (PSD):

Disse que não concordava, porque a Assembleia Municipal está a ser diminuída em relação ao que o executivo pretende colocar na ordem de trabalhos, portanto, há determinados assuntos que deveriam lutar para que fizessem parte da ordem de trabalhos.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, independentemente do conteúdo da intervenção que foi feita pelo senhor Deputado Luís de Almeida, há uma questão que é verdade, quem fiscaliza a Câmara Municipal é a Assembleia Municipal, e não o contrário, isto é dialético, mas mais dialético ainda é relativamente à ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa, e bem, conversa com a Câmara Municipal sobre a ordem de trabalhos, mas a responsabilidade da mesma é da Mesa da Assembleia, apesar de poder chegar a um acordo com os líderes de bancada, mas a responsabilidade é da Mesa, a Câmara Municipal é consultada, é ouvida, dá o seu contributo, mas a responsabilidade é do senhor Presidente e do Primeiro e Segundo Secretários, independentemente da opinião de cada um.

Francisco Salvador (PSD):

Perguntou se o repto lançado pelo senhor Deputado Luís de Almeida não iria obter eco da parte dos eleitos que foram visados, nomeadamente os senhores Vereadores do Partido Socialista e o senhor Vice-Presidente da Câmara, por uma questão de esclarecimento.

Dina Carvalho (CHEGA):

Concordou com o senhor Deputado Luís de Almeida. Referiu que têm tido conhecimento da instabilidade que se vive no executivo através de comentários em grupos paralelos no Facebook e é muito desagradável, porque são uma equipa, pelo menos, ela própria sente-se com espírito de equipa em que todos trabalham para o mesmo e deve prevalecer o princípio da transparência. Adiantou que a Assembleia Municipal não pode ser apenas um grupo meramente representativo, porque ao serem instrumentalizados para votar, apenas, ao não serem esclarecidos com profundidade, com transparência e com clareza acerca dos assuntos que se vão passando, estão a prejudicar os munícipes, que são eles próprios também, e a verdade é que andam há cerca de dois anos a investir tempo, noites, esforço e perdem tempo das suas vidas, porque as pessoas os elegeram e acreditaram, por isso, na sua opinião, merecem uma explicação, não é para fazer um julgamento, as pessoas têm o direito a ter as suas opções, devem sim tentar resolver os problemas em conjunto.

Hugo Martins (GCCP):

Disse que o senhor Deputado Luís de Almeida não é propriamente um jovem nestas andanças e sabe como é que tudo se processa, ou seja, se considerava esse ponto importante, antes da Assembleia Municipal, antes do senhor Presidente da Mesa definir a ordem de trabalhos, tinha informado o senhor Presidente da Assembleia Municipal que queria esse ponto no período da ordem de trabalhos e estava tudo resolvido. No período de antes de ordem do dia, o senhor Deputado e todos os autarcas podem falar dos assuntos que consideram pertinentes, logo aí está a questão resolvida.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Nunca interferiu em alguma ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, as ordens de trabalho são feitas essencialmente na área administrativa, da parte da Câmara Municipal o Presidente não interfere. Aquilo que é regulamentar e os cuidados têm que ver com os prazos.

Habitou-se, durante a sua vida de autarca, a ver que há pessoas, uma mais do

que outras, que trabalham as matérias, os dossiers e as competências, portanto, é preciso perceber quais são as competências de cada um. De vez em quando vê que querem mexer nas suas competências, mas tem de cumprir com o que está estipulado. Para além disso, mal-estar teve no mandato passado, neste momento, mesmo com os Vereadores mais da oposição, acha que está melhor que no mandato passado, as circunstâncias mudaram. Logicamente, o concelho está no estado em que está, porque há sempre alguém que procura, neste concelho, criar destabilização por uma razão ou outra. Relativamente à saída de membros da Câmara, indicou que existem várias e nomeou algumas.

Procurou, no mandato passado, uma determinada solução de partilha de Pelouros, infelizmente houve uma contingência, começou por falar com o Partido Social Democrata e com o Partido Socialista, mas as circunstâncias mudaram no Partido Socialista e ficou sem efeito. A questão da Coligação Democrática Unitária já explicou a razão, mais tarde arrependeu-se, mas foi uma análise que fez e provavelmente errou, e as circunstâncias que podiam ser de partilha quase geral com o executivo foi ultrapassado.

Tem uma ótima relação com os senhores Vereadores Ângelo Marques e Ana Batalha, e com o senhor Vice-Presidente da Câmara.

Luís de Almeida (PSD):

Disse que a sua pergunta foi dirigida aos senhores Vereadores e não ao senhor Presidente da Câmara. Referiu que não estava a insinuar nada, apenas sabe que dois Vereadores do Partido Socialista rescindiram aos Pelouros e queria saber a razão.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que, logicamente, a questão não é para si, é para entalar os Vereadores do Partido Socialista e o próprio Partido Socialista, e quando o senhor Deputado Luís de Almeida refere que há um mal-estar é com o Presidente da Câmara, deve explicar onde está o mal-estar. Por outro lado, é dito que o senhor Vice-Presidente da Câmara vai pedir demissão, mas a questão é entre o Presidente da Câmara e o Vice-Presidente, no entanto, existe um acordo estabelecido e estão a dar cumprimento ao acordo. Deu conta que sugeriu ao senhor Afonso Clara, assim como pediu ao senhor Vereador Ângelo Marques para continuarem no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, mas as coisas alteraram-se e o senhor Vereador Ângelo Marques saiu e passou a fazer parte a senhora Vereadora Ana Batalha. Em relação à questão do senhor Vice-Presidente da Câmara, indicou que tem que ver com um conjunto de circunstâncias, nomeadamente da vida dele e de algumas dificuldades que não foram ultrapassadas, mas espera que continue a colaborar, nomeadamente no contacto com algumas pessoas que o senhor Afonso Clara conhece melhor e que tem mais facilidade.

Quanto aos senhores Vereadores do Partido Socialista, afirmou que não fez nenhuma coligação, informou que na noite das eleições, uma das pessoas que lhe telefonou a dar os parabéns pela vitória foi o senhor Vereador Ângelo Marques e aproveitou para lhe dizer que precisavam conversar, mas nunca colocou no seu programa que após as eleições faria uma coligação. Relembrou que a Coligação Democrática Unitária esteve doze anos na Câmara Municipal e fez zero distribuições de Pelouros pelos Vereadores da oposição. Mencionou que era seu desejo que os senhores

Vereadores Ângelo Marques e Ana Batalha continuassem, lamenta até por que estavam a fazer um bom trabalho, em relação a outras pessoas do Partido Socialista já disse o que tinha a dizer, é a sua avaliação. Disse, ainda, que não pretende prejudicar nenhum partido neste momento, apenas quer trabalhar e que o deixem trabalhar.

Vereador Ângelo Marques (PS):

Disse que é de boa educação e uma prática democrática no dia das eleições telefonar-se a quem ganhou as eleições, e como o senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino, tinha renovado o mandato o que fez foi telefonar ao renovado Presidente da Câmara Municipal no dia das eleições.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Luís de Almeida, que depois foi secundada por outros Deputados Municipais, referiu que não estranha o tipo de intervenção, porque faz sentido, são pessoas preocupadas com os destinos do concelho de Peniche, são Deputados Municipais e, portanto, vê a questão com tranquilidade que faz parte do jogo democrático e é uma questão que se coloca com toda a atualidade e premência.

Em seu nome e em nome da senhora Vereadora Ana Batalha, apresentou a seguinte declaração:

«Esta decisão foi uma decisão pessoal que foi validada pelos órgãos do Partido Socialista a nível conselhio e comunicado também a nível distrital e a nível nacional. Que fique claro, foi uma decisão pessoal dos Vereadores eleitos pelas listas do Partido Socialista que foram validadas internamente e foram comunicadas.

Se em executivos monocores, por esse país fora, na região Oeste e também no nosso concelho já não chegaram ao fim por divergências políticas, o que dizer de um município com duas forças políticas diferentes. É perfeitamente normal que existam, aquilo que nós referenciámos na nossa saída, visões diferenciadas do território, metodologias e prioridades que não se coadunam com a estratégia definida pelo programa eleitoral do Partido Socialista e não há aqui outra forma de explicar a nossa renúncia, não aos mandatos de Vereador, porque continuamos como Vereadores e vamos cumprir o mandato até ao fim.

Não há razões para dramas, é a democracia a funcionar, são duas pessoas que aceitaram Pelouros que o senhor Presidente propôs e pelos motivos que eu referenciei decidiram abdicar dos Pelouros. Volto a referir, porque é muito importante, e há um bom exemplo no nosso concelho, se em partidos políticos em executivos municipais monocores existem graves divergências políticas, normalíssimo quando são duas forças políticas diferentes.

Relativamente a questões pessoais, não foram questões pessoais que nos fizeram abandonar a Câmara Municipal e que fique bem claro isso. Obrigado a todos.»

Vereador Afonso Clara (GCEPP):

Como foi dito pelo senhor Deputado Luís de Almeida, ouve-se por aí que vai sair da Câmara Municipal, mas esta é uma decisão que irá tomar na altura que entender. Referiu que tem um acordo com o senhor Presidente da Câmara e é a ele que responde.

Reforçou que, na altura própria, quando entender, abandonará a Câmara Municipal como outros já fizeram e seguramente não será o último.

Disse que existem circunstâncias na vida que por vezes se alteram e esta é uma delas, portanto, é um cidadão independente, consciente, responsável, tem trinta e um anos de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, portanto, merece respeito e é esse respeito que pede.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Relativamente à intervenção da senhora Deputada Dina Carvalho, disse que as redes sociais valem o que valem. Referiu que há redes sociais e algumas coisas escritas em jornais sobre si que não o afeta, porque sabe a sua conduta de toda a vida.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que, de facto as redes sociais valem o que valem e não devem merecer mais do que aquilo que merecem e por isso mesmo é que é bom que haja transparência na Câmara Municipal que ultrapasse aquilo que são as redes de comunicação social, pois será bom que o esclarecimento seja total, seja aberto e que ultrapasse a ideia subjacente à intervenção inicial do senhor Presidente da Câmara quando diz "*isto é uma questão entre nós*", mas não é uma questão entre o Presidente da Câmara e os Vereadores, é entre os eleitores e quem foi eleito. Afirmou que os eleitores têm todo o direito em saber o que se passa com aqueles que mandaram para tomar conta dos destinos do seu concelho, esta é que é a verdade e é bom que haja esclarecimentos, e ainda bem que todos estão de acordo e que se dão todos bem, mas também é bom que a Assembleia Municipal saiba como é que a Câmara Municipal vai trabalhar. Questionou de que forma é possível gerir uma Câmara Municipal em que um Presidente assume os Pelouros todos, e não está a colocar em causa que o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, não tenha a capacidade extraordinária de conseguir tomar conta de tudo, mas lamenta, porque não é assim que as pessoas querem que seja, por isso é que elegeram sete Vereadores, um dos quais com capacidade de presidência e, como tal, isto não é "*one man show*" o Presidente tem uma função, mas os Vereadores também têm e respondem perante os eleitores e perante esta Assembleia, por isso mesmo é que foram eleitos. Reiterou que seria bom o esclarecimento ser feito perante todos, sem ter de recorrer a redes sociais, porque de facto são enganosas. Adiantou que um simples comunicado do senhor Vereador Ângelo Marques não justifica tudo, justifica a sua posição, o esclarecimento prestado pelo senhor Vice-Presidente, Afonso Clara, não explica tudo, explica a sua situação, mas aquilo que pretendem saber é de que forma se gere uma Câmara Municipal em que o entendimento entre as pessoas é fantástico, mas que depois não conseguem trabalhar juntos, uns porque têm visões diferentes e outros por assuntos pessoais para resolver. Acrescentou que é por isso mesmo que existe a Assembleia Municipal, para esclarecer, fiscalizar e escrutinar a ação da Câmara Municipal, estas são as competências que estão estipuladas pela lei e atribuídas à Assembleia Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Felicitou o senhor Deputado Luís de Almeida por ter colocado a questão como colocou e disse que quem fiscaliza a Câmara Municipal é a Assembleia Municipal. Referiu que, na sua opinião, os exemplos dados relativamente ao passado recente não são corretos, por uma razão essencial, porque os casos de demissões que existiram, em sucessivos partidos, e o senhor Presidente da Câmara explicou bem, não eram casos de acordos que existia entre um partido e o outro, neste caso, há um acordo que foi celebrado legitimamente entre o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche e o Partido Socialista. Indicou que escreveu tudo o que foi dito: "*correu tudo bem*", "*dão-se bem*", então por que razão renunciaram, ou está bem ou está mal, e se está mal, tudo bem,

cada um foi para o seu lado, mas então que cada um diga por que razão está mal. Adiantou que aquilo que ouviu hoje é que correu tão bem, que se dão bem, mas não pode ser, houve qualquer coisa que não correu bem e cada um que assuma a sua. Disse, ainda, que percebeu nas entre linhas que houve uma mudança pessoal, que está na origem desta alteração política no Executivo da Câmara Municipal, então que assumam essa responsabilidade. Acrescentou que ouviu também nesta Assembleia Municipal dizer que isto tinha sido objeto de uma avaliação, naturalmente política, por parte da força política, então, o responsável do que aconteceu é o Partido Socialista.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que, na sua opinião, teriam de avançar, porque estas não são as questões que interessa às pessoas, há outras questões mais importantes. Referiu que o PSD decidiu trazer a politiquice para a Assembleia Municipal, mas ainda faltam dois anos para o ato eleitoral e, na sua opinião, devem manter o foco e deixar o Executivo Municipal trabalhar, foi para isso que foram eleitos. Acrescentou que devem avançar, pois também quer intervir e apresentar assuntos que considera importantes.

Francisco Salvador (PS):

Face à última intervenção, disse que é ridículo, pois se há assunto que é importante para o Município, para os eleitores e para a Assembleia Municipal é a forma como a Câmara Municipal trabalha. O senhor Deputado Hugo Martins disse para se deixar a Câmara Municipal trabalhar, mas quem irá trabalhar na Câmara Municipal, é o senhor Presidente da Câmara, porque os outros pelos vistos não lhe dão apoio e isso é que é importante. Referiu que é preciso fazer-se muitas coisas, o senhor Presidente da Câmara tem inúmeras coisas para fazer e sabe que tem de fazer, mas a pergunta é com quem irá conseguir fazer, isso é que é importante. Expressou que o PSD não traz politiquice, trazem política, porque a Assembleia Municipal é um órgão político, assim como a Câmara Municipal, mas é executiva. Disse que politiquice é toar loas ao trabalho desenvolvido, dizer que está tudo muito bem.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP)

Disse que há vários equívocos, ele próprio não foi eleito numa coligação com Partido Socialista, foi eleito e teve o resultado que teve pelo grupo de independentes e ninguém o obrigou a fazer coligação, no entanto, parece que alguns dos senhores Deputados o querem obrigar a dar Pelouros ou a governar, porém, tem uma visão completamente diferente da do senhor Deputado Francisco Salvador, em termos de gestão da Câmara Municipal. Referiu que o senhor Francisco Salvador foi candidato à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia, ele próprio foi quatro vezes candidato à Junta de Freguesia e ganhou de uma forma muito esforçada, muito pessoal. Disse, ainda, que se candidatou a Presidente da Câmara, na situação mais difícil que existe, porque ser candidato com um partido é uma coisa, ser candidato independente é completamente diferente, e mais, um candidato teimoso que pagou as campanhas com o seu próprio dinheiro. Mencionou que mereceu, pois assim pode demonstrar ao povo de Peniche a sua visão de governação, mas também merecia ter tido a maioria absoluta, mas já chegou à conclusão que com quatro forças políticas é quase impossível ter a maioria absoluta, e isso cria instabilidade. Acrescentou que a Assembleia Municipal não pode mandar a Câmara Municipal abaixo, não é competência, mas o executivo municipal

pode mandar a Câmara Municipal abaixo, demitindo as listas todas mandam o Presidente abaixo. Informou que não sabe se será candidato nas próximas eleições, mas mandassem o Presidente da Câmara abaixo podem ter a certeza que se candidatará, porque não vai desrespeitar as pessoas que, mesmo fazendo um mau trabalho, sente que estão do seu lado e esse é que é o problema. Disse que merecia respeito e as pessoas que votaram em si também merecem respeito, porque as pessoas votaram em si, não votaram no Partido Social Democrata, nem no Partido Socialista nem na Coligação Democrática Unitária para governar a Câmara Municipal. Perguntou aos membros da Assembleia Municipal que sugestão teriam para dar numa altura em que os Vereadores do Partido Socialista decidiram entregar os Pelouros, com muita pena sua. Mencionou que, na sua opinião, todos devem ter paciência e procurar ajudar.

Vereador Ângelo Marques (PS):

Disse que o Partido Socialista e os Vereadores do Partido Socialista leram os resultados eleitorais, das forças políticas que elegeram Vereadores na Câmara Municipal, o Partido Socialista foi o único que subiu a votação e subiu a votação de maneira que permitiu eleger mais um Vereador, permitiu o senhor Joaquim Raul Farto ser Presidente da Assembleia Municipal, com uma nuance, foi Presidente da Assembleia Municipal e ao mesmo tempo ganhou as eleições para a Assembleia Municipal e foi o partido político que elegeu mais mandatos em todo o município, nomeadamente Juntas de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, portanto, o Partido Socialista lendo os resultados eleitorais foi responsável e aceitou os Pelouros no sentido de trabalhar em prol do concelho de Peniche. Adiantou que, passado um ano e nove meses, entenderam, por questões que referiu e que volta a referir, visões diferenciadas do território, metodologias e prioridades que não se coadunam com a estratégia definida pelo programa eleitoral do Partido Socialista, foi esta a razão pela qual os Vereadores do Partido Socialista, em concertação com aquilo que é o Partido Socialista de Peniche e comunicado nos órgãos competentes, decidiram abdicar dos Pelouros.

Indicou que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, fala muito das questões pessoais, quando foi eleito novamente Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei disse, numa entrevista à rádio que os Vereadores do Partido Socialista tinham aceitado os Pelouros para resolver problemas de emprego, hoje, fê-lo outra vez, de uma forma de baixa política está a insinuar que os Vereadores do Partido Socialista abdicaram dos Pelouros por questões de emprego. Indicou que, pessoalmente, tem uma carreira contributiva com mais de vinte anos, trabalhou no setor privado, no setor empresarial do estado e teve o privilégio e a honra de ser nomeado para lugares de nomeação política sempre pelo Partido Socialista, é óbvio que é normal ser pelo Partido Socialista, pois é dirigente do mesmo, mas para ser Vereador da Câmara Municipal de Peniche teve de pedir a senhora Secretária de Estado que o exonerasse, ou seja, era adjunto do Gabinete da senhora Secretária de Estado e pediu que o exonerasse para ter funções em Peniche e, agora, quando abdicaram dos Pelouros, a senhora Vereadora Ana Batalha regressou à escola, onde muitos anos ministrou aulas e a senhora Secretária de estado das Pescas, com quem tinha trabalhado, nomeada pelo Governo do Partido Socialista convidou-o para adjunto, depois de ter renunciado os Pelouros. Acrescentou que tudo o resto que se queira fazer, a partir destas questões, é baixa política ao mais alto nível. Mencionou que foi muito estranho que o Presidente de

Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, na primeira abordagem que teve numa entrevista que deu na 102FM, foi ficar um pouco nervoso e muito chateado pelos Vereadores do Partido Socialista aceitarem Pelouros, agora tenha o desprante de também estar chateado dos Vereadores do Partido Socialista terem abdicado dos Pelouros, obviamente que agora o senhor Presidente de Junta de Freguesia pode dizer tudo e mais alguma coisa, mas já ninguém o vai levar a sério.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei (CDU):

Referiu que tem muito respeito pelo senhor Vereador Ângelo Marques, independentemente da avaliação política que estão a fazer, portanto, ficam todos a saber que a sua avaliação sobre o senhor Ângelo Marques é positiva e enquanto seu colega na Vereação d Câmara Municipal de Peniche só tem de dizer bem dele.

Outra coisa bem diferente foi a argolada que o senhor Vereador Ângelo Marques cometeu, aceitar Pelouros a tempo inteiro, porque se tivesse aceitado Pelouro sem tempo inteiro não tinha nada que dizer, o problema é que correu um risco.

Indicou que aquilo que ouviu, hoje, do senhor Presidente da Câmara foi o que referiu há pouco, que foi: *“se eram tão amigos e se dão tão bem, porque se separaram politicamente”*, é estranho.

Informou que foi eleito Presidente de Junta de Freguesia sete vezes e quando ganharam uma eleição por oito a um, oito da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Social Democrata, propôs para Presidente da Assembleia de Freguesia um eleito do Partido Social Democrata.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Referiu que já disse publicamente que foi Presidente da Câmara graças ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, ele tratou-o tão bem enquanto foi Presidente de Junta de Freguesia que saiu. Adiantou que não esconde que tinha uma boa relação com o senhor Vereador Ângelo Marques, com a senhora Vereadora Ana Batalha, que não conhecia bem, tem um bom relacionamento, quando convidou o senhor Vereador Ângelo Marques foi numa perspectiva de o ajudar a governar, mas tinha também a ambição que o senhor Vereador Ângelo Marques aproveitasse os quatro anos para ser candidato e pudesse ser o próximo Presidente de Câmara, pois prefere o senhor Ângelo Marques como Presidente da Câmara do que o senhor Jorge Amador. Expressou que há quem diga que o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, queira ser candidato à Presidente de Câmara, porque pensar que pode perder as próximas eleições na Serra d'El-Rei. Perguntou o que se passou com o senhor Vice-Presidente da Câmara no primeiro mandato da Coligação Democrática Unitária e o que se passou com dois Vereadores da Coligação Democrática Unitária que aceitaram Pelouros em meios tempos nos mandatos do Partido Social Democrata.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Gostaria de demonstrar alguma preocupação com a relação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Referiu que na sessão de abril da Assembleia Municipal se verificou a crispação e é necessário que haja um entendimento. Apelou ao senhor Presidente da Câmara que pudesse iniciar o diálogo com as Juntas de Freguesia

e, rapidamente, chegar a um resultado positivo, porque quem sai prejudicado com estas teimosias são todos os cidadãos do concelho de Peniche.

Existem documentos solicitados pela bancada do Partido Socialista e por outras bancadas que nunca chegam e como já aqui foi dito, e bem, a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador da atividade da Câmara Municipal, mas a verdade é que não podem fiscalizar a atividade da Câmara Municipal se não receberem os documentos. Mencionou alguns dos documentos que estão em falta, o cronograma do posto da Guarda Nacional Republicana, que pensa já não fazer sentido uma vez que se irá concretizar, o plano de asfaltamentos com as prioridades para o concelho. Solicitou que fosse o senhor Presidente da Assembleia Municipal a fazer pressão nos serviços para que lhes sejam disponibilizados os documentos.

Foram solicitados documentos na última Assembleia Municipal, nomeadamente um parecer relativamente à ocupação ocasional da Ilha da Berlenga, ou seja, sobre o parque de campismo que seria para abrir em julho e não abriu. Referiu que este assunto deveria ser explicado à Assembleia Municipal o facto de não ter aberto quando estava previsto abrir em julho. Na altura, foi dito que existiam pareceres e era importante a Assembleia Municipal ter acesso aos mesmos.

Relativamente ao cemitério de Ferrel, o assunto tem-se arrastado desde 2009, não há espaço para mais sepulturas, parece uma coisa que não é importante, mas é importante. Indicou que a Câmara Municipal ou não consegue ou não quer resolver, porque passaram catorze anos desde que se iniciou este processo e é uma questão de dignidade dos defuntos, uma questão de respeito para com os familiares e, em última instância, é uma questão de saúde pública, se não houver lugar para colocar os defuntos, tem de haver uma solução para isso, portanto, este processo é daqueles que tem de ser resolvido rapidamente.

Em relação à obra no centro da vila de Ferrel, ela esteve para se iniciar dois dias antes da festa de Ferrel, em 2021, em plena campanha eleitoral, felizmente a Junta de Freguesia travou essa obra, porque iria criar alguns contradimentos à festa de Ferrel, para além de ser uma falta de respeito para com a população. Referiu que se havia tanta pressa naquela altura para fazer a obra, por que razão, passado dois anos, a obra, que iria dignificar o centro da vila, ainda não foi realizada.

Dina Carvalho (CHEGA):

Disse que:

Há pouco, o senhor Presidente da Câmara, a respeito da Carta Educativa, usou a expressão “*estávamos no bom caminho*”, mas não quer aceitar que estivessem no bom caminho, quer que estejam no bom caminho. Deu conta que iniciaram o ano letivo sem fotocópias, as máquinas não funcionavam, mas ninguém morreu por isso, porque a Carta Educativa foi uma responsabilidade de todos os autarcas, dos encarregados de educação, da comunidade educativa numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal onde todos se comprometeram a contribuir. Disse, ainda, que a Carta Educativa, mesmo que a senhora Vereadora Ana Batalha não esteja em funções executivas, deve ser continuada, porque estão todos a fazer um sacrifício, no início do ano letivo sensibilizaram os pais e os alunos, estão a contornar as questões, porque a escola é muito importante. Quando se diz que não acreditam na escola a tempo inteiro, as pessoas devem pensar muito bem quando usam esta expressão. Indicou que este mês aconteceu uma grande tragédia no concelho, aquelas duas meninas eram alunas da

escola e aquilo que ajudava as meninas era a escola, a escola era o seu porto seguro e aquilo que quer dizer nesta Assembleia Municipal é uma preocupação sua que, na sua opinião, tem de ser de todos, que tem que ver com o estado social dos jovens do concelho, há muitas meninas e meninos como aquelas e, na sua opinião, a escola e a comunidade tem de se envolver e responsabilizar as entidades competentes que deviam fazer bem o seu trabalho e não o fazem. Mencionou que a Carta Educativa foi elaborada com rigor e também prevê este tipo de situações. Acrescentou que o concelho de Peniche está cheio de fragilizados a nível social e na Assembleia Municipal falam de comemorações, de eventos, de louvores e a preocupação com as pessoas que realmente passam mal e que estão em risco ficam em segundo plano, pois não costuma ouvir falar delas. Espera que a Assembleia Municipal também possa começar a ter outro tipo de preocupações.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse que a Assembleia Municipal é pluridisciplinar e tem diferentes membros, com diferentes ideias e é, de facto, da partilha destas ideias e das formas de entender as diferentes áreas do desenvolvimento social, que vão crescendo.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Quando referiu que estavam no bom caminho, foi em relação à senhora Vereadora Ana Batalha, porque, na sua opinião, estava a fazer um bom trabalho e achava que podia continuar. Felizmente que esse trabalho já tinha muitos resultados e, há pouco, foi feita uma crítica e não sabem como se governa um concelho como o de Peniche que é um concelho exigente em termos de gestão, mas o facto de a Câmara Municipal ter Chefes de Divisão faz toda a diferença, assim como as chefias intermédias. Indicou que, provavelmente, a falta de compensação das pessoas mais capazes e que se entregam mais na administração pública faz a diferença para melhor, a forma de motivar, no entanto, ter em atenção, mesmo quando falham, de tentar corrigir os erros. Expressou que, logicamente, é diferente da senhora Vereadora Ana Batalha, é uma questão do exercício do poder e, provavelmente hoje, a senhora Chefe de Divisão da Educação, Carla Carriço, tem maior responsabilidade, porque quer que os Chefes de Divisão trabalhem, que exerçam o poder, não quer o poder como alguns dizem e escrevem, não quer mais poder, quer menos poder. Adiantou que aproveitaram a delegação de competências para o Presidente da Câmara e para os Vereadores para delegar também nos Chefes de Divisão e os Chefes de Divisão em algumas chefias intermédias, é a gestão, agora, alguns nunca vão entender isso, porque têm visões completamente diferentes. Acrescentou que, ao contrário daquilo que alguns possam pensar, pessoalmente não gosta de exibir o seu poder, o controlo, como alguns no exercício do poder autárquico gostam. Referiu que o poder partilhado, com mais três ou quatro pessoas, é melhor e quando se interessou pela vinda dos Vereadores do Partido Socialista foi também para dar uma oportunidade para aprender, porque para si não é indiferente sair do cargo de Presidente da Câmara e ficar qualquer um à frente da Câmara Municipal.

Em relação às fotocópias, a Câmara Municipal reforçou, à medida que percebem as dificuldades que vão sendo colocadas, o valor para as fotocópias, inclusive havia a dúvida se seria a Câmara Municipal a pagar ou o Ministério da Educação, mas

mesmo com dúvidas decidiram avançar e pretendem reforçar outras verbas, porque a prioridade é a escola.

Relativamente ao estado social, também está preocupado e não quer fazer considerações sobre o que se passou, porque a situação passou pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), foram feitas várias considerações, mas já não estava na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e se estiverem todos atentos, provavelmente existem mais casos como aquele e a ansiedade de quem tem conhecimento é por que razão não agem e não intervêm, isso é que é dramático, mas depois acontece, e não é só a fome, são outras circunstâncias. Indicou que teve uma postura, no princípio do mandato passado, na discussão da Presidência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, fizeram propostas para que a Presidência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens fosse alguém do seu grupo, mas não quis, porque entende que deve ser fora, deve ter autonomia, no mandato passado, houve algumas críticas em relação ao funcionamento, algumas justas outras menos justas, mas foram melhorando, hoje a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens está tranquila, agora, para aquilo que o concelho de Peniche tem não há capacidade de resposta, nem as escolas têm, portanto, têm de melhorar bastante.

Em relação às questões do senhor Deputado Henrique Estrelinha, referiu que cada Presidente de Junta de Freguesia tem a sua maneira de estar e não irá fazer considerações em relação a isso. Referiu que precisa de empatia, de pessoas que confiam em si e precisa de confiar nas pessoas, prefere ficar sozinho, porque tem as suas convicções. Expressou que achava que a questão iria ser levantada no ponto dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Disse, ainda, que não cortou diálogo com ninguém, o Pelouro que entregou ao senhor Vereador Afonso Clara foi para facilitar esse relacionamento, foram feitas várias reuniões, houve um documento aprovado em Assembleia Municipal, uma recomendação, e quem faz as considerações tem de ler o documento todo. Adiantou que, depois da decisão, se houver é uma reunião com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, esteve também presente, a reunião foi gravada com o consentimento de todos, e os senhores Presidentes de Junta comunicaram que só continuariam a reunir com a Câmara Municipal se lhes fosse pago o valor que a Assembleia Municipal recomendou, e o que lhes disse foi que pretendia, por que tem o direito, pois está a defender os interesses do concelho e das pessoas, fazer a avaliação e quando os senhores Presidentes de Junta de Freguesia quiserem reunir estarão disponíveis.

Quanto ao cronograma da Guarda Nacional Republicana, que o senhor Deputado Henrique Estrelinha tem toda a razão.

O programa de asfaltamentos previsto é: está a decorrer uma no Casal da Fonte, a seguir será a Consolação e depois o Casal Moinho. Houve uma emergência e irão intervir na saída da Bufarda para a Ribafria, depois, o planeamento previsto é retomar o trabalho que iniciaram, tendo feito antecipadamente a intervenção das bermas que não foi feita na outra intervenção na Estrada do Béltico, esta é a prioridade, depois, há um conjunto de prioridades, na cidade já fizeram várias intervenções, provavelmente vão ter de dar um calor na Marginal Norte, por várias razões, nomeadamente por cauda das provas que irão decorrer em 2024, apesar de estarem a pensar em avançar a realocização da Marginal Norte, mas não vão conseguir até lá, a partir daqui, vão avaliar todos os levantamentos da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. Depois do Béltico, Reinaldes, Ferrel, Serra d'El-Rei, em termos de planeamento é isto,

logicamente que dentro da cidade há um conjunto de ruas. A Marginal Sul vai ser uma situação complexa, mas admite que na primeira etapa, a seguir ao Báltico, possam ir a Ferrel fazer as ruas que são mais prioritárias. Sem campanha eleitoral, pensa que no final de 2025, consigo ou não, o essencial do que está mais atrasado ficará arrumado com estas intervenções.

Sobre os pareceres do parque de campismo da Berlenga, iriam voltar a falar nisto, porque quando lhe perguntaram acerca da manifestação na Berlenga, estava numa reunião, mandaram-lhe uma mensagem e o que respondeu foi "*concordo, pode-nos ajudar a arranjar a solução*", porque é uma decisão política, há um parecer negativo que até agora tem sido vinculativo, independentemente de outras medidas que vão ter de tomar e, como não sabe se conseguem tomar todas as medidas, vão ter de negociar. Informou que aguarda a realização de uma reunião com a senhora Secretária de Estado que tutela aquela área. Referiu que o parecer negativo é do responsável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e é vinculativo. Disse, ainda, que se a maioria dos senhores Vereadores, mesmo com parecer negativo e vinculativo, entender que aquilo deve avançar, votará contra, no entanto, a única coisa que não pode assumir é que tenha de executar uma deliberação que seja ilegal, vão ter de ver o enquadramento, mas é um risco. Acrescentou que não é contra a abertura do parque de campismo da Berlenga, na sua opinião, aquilo é muito exigente, a Berlenga neste momento é um barril de pólvora, na sua opinião, foi lá duas vezes e ficou preocupado com tanta gente e com tanta falta de capacidade de resposta. Disse que houve quem criticasse o controle de pessoas para a ilha, mas no seu entendimento vão ter de rever essa situação e vai dizê-lo ao senhor Secretário de Estado, pois acha que o Governo deveria ter a coragem de agarrar numa fatia financeira e fazer o mesmo que fez às pescas, que é dizer que o negócio do transporte não comporta aquele número de embarcações e de capacidade, pagam a duas, a três ou quatro embarcações e passa a existir apenas isso, ou então, e ninguém quer fazê-lo politicamente, não há licenças, passa a ir tudo a concurso, no entanto, não é mas não é apologista disso, acha que se devem sentar todos à mesa, alguém cometeu erros, entende e sabe quem os cometeu, mas isso não resolve o problema. Deu indicação de que iriam facultar o parceiro.

Sobre o cemitério de Ferrel, solicitou ao senhor Presidente da Mesa que desse a palavra ao senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas, para esclarecer a situação. Independentemente disso, informou que no dia em que forem a Lisboa à CCDR, por causa do PDM, se tiverem oportunidade falarão sobre este assunto.

Em relação à obra em Ferrel, aquilo que o senhor Deputado Henrique Estrelinha referiu é verdade, na altura o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, entendeu que aquilo era campanha eleitoral, e respeita isso. Referiu que são obras de grande dimensão e o orçamento da Câmara Municipal não tem dinheiro para realizar as três obras, nomeadamente, a Rua Principal da Bufarda, a ligação de Porto Lobos a Atouguia da Baleia e o Largo de Ferrel que, numa primeira fase, era da entrada de Ferrel até ao largo, mas depois o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, e bem, decidiu com os serviços municipais alargar a área de intervenção, mas são três obras muito exigentes, no entanto, estão a trabalhar nisso com a equipa do Plano de Mobilidade para ver se conseguem encaixar, caso contrário, a sua intenção é em conjunto com a Junta de Freguesia de Ferrel, de uma forma planeada, ver quem intervém, naturalmente os materiais terá de ser a Câmara

Municipal e na Bufarda, se a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia estiver de acordo, porque é uma obra complicada, será por esta via. Acrescentou que, a curto prazo, devem ficar a saber se poderão colocar no quadro 20-30, para além destas que referiu, uma com mais prioridade, sabem que será difícil, mas poderá ir pela via da mobilidade, porque há outros avisos a sair.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que a Assembleia Municipal é composta por vinte e cinco pessoas, vinte e um eleitos diretamente e quatro Presidentes de Junta de Freguesia, mais sete elemento da Câmara Municipal, no entanto, já ouviu nesta sessão os técnicos do município falar quatro vezes. Admitiu que, em situação excepcional, possam falar, mas de forma corrente não, porque eles não fazem parte da Assembleia Municipal, como tal não podem falar. Referiu que, a partir de hoje, não permitirá que a Assembleia Municipal faça o que fez hoje, porque só podem falar em casos excecionais e agora estão a generalizar. Chamou à atenção do senhor Presidente da Mesa para a lei, relativamente ao funcionamento dos órgãos e o Regimento da Assembleia Municipal e se o senhor Presidente da Câmara entender, nalguma matéria, que seja preciso um técnico, acha bem, mas este tipo de assuntos não.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Sugeriu à Assembleia Municipal que quando lhe coloquem questões que possa não ter a informação suficiente para responder, poder dar a resposta posteriormente por escrito.

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Deu conta que reuniram com a Junta de Freguesia de Ferrel, no final de julho, os serviços estiveram a fazer uma análise técnica, tiveram de envolver a consultora jurídica para encontrar uma solução e estão, neste momento, em condições de na próxima semana elaborar o pedido à CCDR que permitirá discutir o assunto no próximo dia 13 de outubro de 2023. Indicou que na próxima semana irão contactar a Junta de Freguesia para agilizar apenas a parte processual.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Convidou o senhor Presidente da Câmara a enviar a gravação da reunião com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia para que Deputados Municipais percebam que o que o senhor Presidente da Câmara disse não foi isso. Disse que uma coisa é dizer que só reúnem quando pagarem o valor da proposta, outra coisa é dizer que a proposta compreende duas áreas, as Juntas de Freguesia só reúnem quando acertarem o valor dos salários, que é o primeiro ponto da proposta, porque os salários têm vindo a subir desde que os acordos foram assinados e as Juntas de Freguesia mantêm o valor, não foram atualizados àquilo que se pratica na realidade. Para além disso, as Junta de Freguesia disseram desde logo que o esforço até 2022 ficava do lado das Juntas de Freguesia, agora vão fazer para 2023, foi isso que escreveram no pendente que chegou ao senhor Presidente da Câmara e foi isso que disseram na reunião.

Foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que estava disponível para reunir com os Presidente de Junta de Freguesia, mas isso é mentira, o senhor Presidente da Câmara não está disponível, porque no dia 30 de agosto de 2022 a Junta de Freguesia de Ferrel fez um ofício à Câmara Municipal a pedir uma reunião sobre todos os assuntos,

porque havia assuntos sem resposta há vários meses, se possível em setembro, no período da tarde, isto há mais de um ano atrás, e acabava assim: *“pede deferimento”*, nunca houve resposta a este ofício, em 11 de janeiro de 2023, após ter tido reunião de Junta de Freguesia, a primeira do ano, decidiram fazer um ofício à Câmara Municipal, no fundo, um pedido de reunião que foi endereçado ao senhor Presidente da Câmara e aos senhor Vereador Afonso Clara que diz o seguinte: *«neste sentido vimos solicitar uma reunião com V. Exa., acompanhado de quem designar, para que se possa fazer um ponto de ordem ao mandato e fazer um balanço ao mesmo.»* um pedido formal que disseram que não voltariam a repetir, e está escrito *“uma derradeira tentativa de entendimento”* e não respondeu a este ofício. Acrescento que, em 29 de setembro de 2023, dizer que está disponível, pediu desculpa, mas as evidências mostram que isso não é verdade.

Relativamente aos assuntos sobre o asfaltamento e o planeamento que está a ser feito, disse que o senhor Presidente da Câmara no programa de 2017 dizia que ia fazer uma lista em concordância com as Junta de Freguesia e demonstrá-la previamente, portanto, a história diz que isto não é verdade. Depois, o senhor Presidente da Câmara diz que fez grandes intervenções em Ferrel, no entanto, recordou que em 2017 ele próprio fez um trabalho muito extenso que enviou para a Câmara Municipal e a senhora Chefe de Divisão teve o cuidado de dizer que foi o melhor trabalho que recebeu das Juntas de Freguesias do concelho, porque fez um trabalho rua a rua, marcou as zonas necessárias com as quantidades aproximadas, fez o trabalho que era para ser a Câmara Municipal a fazer e, logicamente, que o senhor Presidente da Câmara não cumpriu aquele nem cumpriu outro e, hoje, pedem-lhe a lista como pediram no princípio do mandato, fez a lista atualizada com as ruas e entregou, porque é que vai estar com trabalho se depois o senhor Presidente da Câmara faz aquilo que bem entende e não faz caso do que lhe mandam. Relembrou que, em 2018 ou 2019, quando se fez a primeira intervenção no Sol Village I, soube que a Câmara Municipal lá estava a alcatroar, porque as pessoas foram à Junta de Freguesia dizer-lhe para não se esquecer de fazer também a outra. Quanto à obra no centro de Ferrel, referiu que o senhor Presidente da Câmara ia fazer aquela intervenção no dia 03 de agosto, o dia da Padroeira de Ferrel é no dia 05 de agosto, um dia de máximo respeito na tradição, de sempre, em Ferrel, é feriado nesse dia em Ferrel, e o senhor Presidente da Câmara ia naquela altura fazer barulho. Relembrou que estavam a sair da pandemia e aquele é o período em que o comércio mais fatura, mas, em pleno agosto, ia interromper o trânsito em Ferrel, com máquinas e pó para o comércio ter implicações, por isso é que teve um baixo assinado de dezassete comerciantes do centro de Ferrel, porque nem todos puderam ir à reunião, se não tinha mais. Expressou que quando o senhor Presidente da Câmara diz que vão fazer a obra com a Junta de Freguesia, isso é mentira, e voltou a recordar o senhor Presidente da Câmara que, no dia 04 de setembro de 2017, quando o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche se apresentou pela primeira vez em Ferrel, tanto à Freguesia de Ferrel como à Câmara Municipal, na altura, o candidato do GCEPP à Junta de Freguesia de Ferrel dizia que aqueles passeios eram uma vergonha e que aquilo parecia regueiras e o senhor Presidente da Câmara dizia que não compreendia como é que as coisas ainda estavam assim, pelo menos que reivindicassem que aquilo se fizesse, a Junta de Freguesia de Ferrel, a 11 de janeiro de 2018, fez a primeira proposta de contrato de obra que era para fazer justamente aquilo que o senhor Presidente da Câmara dizia que a Junta de Freguesia não fazia e que não reivindicava, mas o ofício de 2018 não teve resposta até hoje, depois, a 28 de março de 2022, a Junta

de Freguesia de Ferrel fez novamente uma proposta extensa, tiveram o cuidado de fazer a medição de toda a obra, de propor um plano de execução da obra em dois anos civis para não sobrecarregar o orçamento municipal, solicitavam os materiais e apenas e só os custos dos calceteiros, porque para fazer um largo a Junta de Freguesia não tem mão de obra, ou seja, seria a Junta de Freguesia de Ferrel a fazer a obra, a Câmara Municipal iria poupar cerca de meio milhão de euros, e o ofício também não teve resposta e, atualmente, tente fazer um orçamento como aquele, em que gastava setenta e seis mil e quinhentos euros, mais IVA, na mão de obra da calçada, veja quanto irá gastar hoje, vai pagar muito mais.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Ficava muito mal que um Presidente esteja constantemente a dizer que outro Presidente está a mentir, até porque o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, poderia estar a fazer considerações e a prossupor que o Presidente da Câmara sabe de tudo, mas há assunto que não passam por si, é o senhor Vereador Afonso Clara que lhe dá conhecimento se assim o entender, e não se recorda da sua tomada de posição em relação ao ofício de 30 de agosto de 2022.

Em relação ao asfaltamento, muito ou pouco, foram a Ferrel, foram aos Casais Brancos e a outras localidades, quer no mandato passado quer no mandato atual, mas antes disso fizeram uma proposta em sede de Câmara Municipal para contrair um empréstimo de um milhão de euros, e provavelmente foi nessa altura que o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel fez o levantamento todo, para cumprir um programa que a Divisão de Obras Municipais propôs, uma empreitada de grande intervenção, o executivo municipal não aceitou. Relembrou que, posteriormente, fez outra no valor de trezentos mil euros para fazer a estrada do Bélico, tinham as coisas planeadas, porém não foi aprovada, em função disso compraram, em 2019, a pavimentadora no valor de duzentos mil euros, o cilindro e dois camiões, e partir dali iniciaram a intervenção, que não acaba por aqui.

O senhor Presidente de Junta de Freguesia tem razão quando refere que a Câmara Municipal quis iniciar a obra em agosto, foi em forma, porque poderiam ter encontrado um entendimento, porque o pessoal da Câmara Municipal tem sempre o que fazer e é verdade que isto cria uma dimensão financeira que depois é incomportável, mas a questão da proposta que fez do contrato interadministrativo, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel sabe que houve uma alteração de método em relação às obras, pois as Juntas de Freguesia podem, particularmente, oficiar a Câmara Municipal, é a Câmara Municipal que convida as Juntas de Freguesia a executar a obra. Adiantou que teriam de voltar a abrir o processo e logo que haja disponibilidade os serviços farão a quantificação, não promete que se faça um contrato de obra para tudo, no entanto, admite que possa fazer 50%, numa fase, e avançam com a candidatura para outras possibilidades.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que:

Relativamente ao que foi dito pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador, sobre a presença dos técnicos, concorda com a presença dos técnicos, porque os autarcas não sabem tudo e muitas vezes ou sempre os técnicos

acrescentam valor áquilo que é o debate, a discussão e trazem maior conhecimento sobre os factos.

No passado dia 08 de setembro, houve uma sessão de esclarecimento à população com objetivo de dar a conhecer as intenções para o desenvolvimento da zona industrial do Vale do Grou, onde o senhor Presidente da Câmara informou que tem a ambição de contrair financiamento para a aquisição dos terrenos e começar a construção das infraestruturas de loteamento. Expressou que tem a certeza de que se este assunto chegar a sede de Assembleia Municipal irá votar favoravelmente e provavelmente os votos dos colegas de bancada vão nesse sentido, porque estão a falar de um investimento que deve ser considerado como uma prioridade para o concelho que pretende estar na linha da frente do desenvolvimento económico, quer em termos de captação de investimento, quer em termos de criar melhores condições para as empresas da nossa terra. Disse, ainda, que daquilo que ouviram na apresentação pública é preciso dizer que a proposta teve uma grande aceitação por parte da população que se manifestou. Disse à população do concelho de Peniche que podem contar com o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, porque acreditam na proposta e não vão exitar.

Tem sido habitual na Assembleia Municipal, têm vindo a falar de forma recorrente no novo Hospital do Oeste e partilhado aquilo que é, na sua opinião, sobre este assunto nos diferentes momentos. Questionou se a OesteCIM tem acompanhado os novos desenvolvimentos do processo, porque consideram que devem respeitar o resultado do estudo e a decisão do Governo, caso contrário é destabilizar este caminho que tem vindo a ser desenvolvido. Referiu que o novo Hospital vai provavelmente aumentar a esperança média de vida da nossa população que, no fundo, é o que todos querem, viver mais tempo e com qualidade.

Gostaria de destacar e dar os parabéns aos diferentes movimentos que têm existido em todo o concelho de Peniche com o intuito de promover ações que visam proteger todo o nosso ecossistema, quer com a limpeza das praias, quer com a recolha de lixo ou ações de sensibilização. Expressou que é curioso verificar que têm sido sobretudo os jovens a puxar pela causa ambiental, mas vê-se cada vez mais pessoas de outras gerações a envolverem-se e isso é bom, até porque temos um património natural que têm a obrigação de preservar. Sugeriu à Mesa da Assembleia Municipal que se pudesse fazer uma ação de sensibilização junto dos autarcas do concelho de Peniche com práticas amigas do ambiente, para não voltar a acontecer algumas situações, e provavelmente foi esquecimento do senhor Vereador Filipe Sales que deixou o lixo que produziu em cima da mesa, nomeadamente uma garrafa de iogurte e a garrafa de água, possivelmente à espera de que alguém recolha o lixo que produziu.

Margarida Martins (PSD):

Disse que:

Concordava em pleno com o senhor Deputado Hugo Martins quando diz que os jovens são o futuro e por isso, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que a respeitasse um pouco mais. Referiu que o assunto que iria abordar, para muitos pode não ser prioridade, mas para si é, porque fala naquilo que é a comunicação enquanto políticos, aliás, não tem problema nenhum em dizer que é política, porque a política existe, deve ser respeitada e funciona. Falou da partilha e da transmissão online da Assembleia Municipal. Recordou que o grupo do Partido Socialista, em 2011, fez a

primeira menção a uma possível transmissão online das Assembleias Municipais, entretanto, descobriu numa ata que um Deputado do Partido Social Democrata, a 13 de dezembro de 2019, propôs a transmissão das reuniões públicas do executivo camarário e esta proposta apenas teve votos contra do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche. Adiantou que, a 19 de dezembro de 2020, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, levanta a questão do porquê não se publicitar os links da transmissão da Assembleia Municipal e volta a questionar, no dia 26 de dezembro de 2021, sobre a razão de não se transmitir a Assembleia Municipal através do Facebook, volta novamente a falar no assunto, em 17 de junho 2022, e colocou a votação a transmissão das Assembleias Municipais no Facebook que foi aprovada por unanimidade. Relembrou que, ela própria, levantou a questão na Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2023, e a resposta dada pelo senhor Presidente foi que iria ver. Perguntou se existe algum impedimento legal ou é apenas falta de vontade ou de prioridade da parte do executivo ou da equipa de comunicação, porque da mesma maneira que publicitam eventos culturais, que se fazem diretos, se publicita muitas coisas, e bem, pois é importante as pessoas saberem da vida política do concelho de Peniche e de serem informadas. Gostaria de saber se é possível ou não e se for possível por que razão não é feito.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que:

A bancada do Partido Social Democrata fala muitas vezes na transmissão online e vieram com uma campanha para o Século XXI, uma candidatura moderna e inovadora, e muitas vezes o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador, fala muitos vezes que a câmara não está a filmar bem ou que não se está a ouvir bem, mas são as únicas Assembleias de Freguesia que não têm transmissão online. Referiu que a Assembleia de Freguesia de Ferrel tem transmissão online e a Assembleia de Freguesia onde o Partido Social Democrata poderia fazer a diferença, onde as pessoas merecem ser ouvidas e merecem a transmissão, senhora Deputada Margarida Martins, não existe, é um total contrassenso, porque dizem que querem uma melhor partilha e maior divulgação pública, os senhores Vereadores do Partido Social Democrata falam muito nesta questão nas reuniões de Câmara Municipal e depois, onde o Partido Social Democrata pode fazer a diferença, não têm transmissão online. Disse, ainda, que tendo em conta a fisionomia do território de Atouguia da Baleia ainda mais justificava a transmissão online.

Relativamente ao senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, perguntou como gere a câmara de filmar da Junta de Freguesia e como e o som, não existe. Indicou que, na sua opinião, isto é a hipocrisia política misturada com maldade e disse que o Partido Social Democrata tem o poder para fazer essa transmissão online na Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e questionou o porquê de não o fazerem.

O Partido Social Democrata refere muitas vezes que tem de haver uma maior transparência, uma melhor partilha, ouve-se o senhor Deputado Francisco Salvador a falar nesse assunto, por que razão não fez essa sugestão onde o Partido Social Democrata tem o poder e onde podem fazer a diferença. Acrescentou que quem estiver a ouvir esta Assembleia Municipal será incapaz de votar no Partido Social Democrata nas próximas eleições.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse que, na parte que diz respeito à Assembleia Municipal, iria ajudar a construir a resposta, dado que esteve envolvido na questão do Regimento da Assembleia Municipal, portanto, vai tentar encontrar a resposta pela qual no regimento não colocaram a publicação no Facebook.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPPP):

Disse ser verdade que no mandato passado, ele próprio, foi resistente que se difundissem as reuniões de Câmara Municipal, chegou à conclusão que deveria ter votado favoravelmente há mais tempo, porque, na sua opinião, as reuniões de Câmara do ano passado o ajudaram a ganhar as eleições.

Em relação à questão que a senhora Deputada Margarida Martins colocou, o senhor Presidente da Assembleia Municipal já respondeu, da sua parte não vê qualquer impedimento, resolvam tecnicamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal fica mandatado pela Assembleia Municipal, ou seja, deve ser verificado o enquadramento, se há ou não responsabilidade e se é possível enquadramento, porque não sabe se o Facebook é autónomo da Câmara Municipal ou não.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse ao senhor Deputado Hugo Martins que podia ir à página da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei e todos os Editais das reuniões da Assembleia de Freguesia estão na página da Junta de Freguesia. Referiu que irá falar com o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia da Serra d'El-Rei, porque, como sabem, não é membro da Assembleia de Freguesia, é Presidente de uma Junta de Freguesia. Explicou que nas freguesias existem dois órgãos, a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia.

Informou que não existe obrigatoriedade de freguesias com menos de cinco mil eleitores terem transmissão online.

Em relação à referência feita pelo senhor Deputado Hugo Martins sobre os técnicos, disse que tem muito respeito por todos os técnicos, mas ter respeito é uma coisa, outra coisa bem diferente é se eles podem ocupar o lugar de intervenção igual ao Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, não podem, portanto, a presença de técnicos é indispensável, mas não se deve confundir com a presença com a participação.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que a transmissão online, apesar de não ser obrigatória, é um sinal político para estar mais próximo das pessoas. Reconheceu que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, tem grande capacidade de intervenção política, independentemente de estarem de acordo em relação ao conteúdo ou não, em determinados momentos.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia não transmite as Assembleias de Freguesia online, porque não tem técnicos especializados, nem tem equipamento para isso, porque o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, partido eleito para a Câmara Municipal, não apoia a Junta de Freguesia, no entanto, os Editais são todos públicos e são lugares em todos os lugares da freguesia, logo, só não assiste à

Assembleia de Freguesia quem não quiser.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que a intervenção sobre as transmissões online não era propriamente para o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, até porque nunca levantou esta questão, era para os senhores Deputados do Partido Social Democrata que são todos pela modernidade e com práticas do Século XXI, mas na prática efetivam as suas práticas do século passado.

Margarida Martins (PSD):

Disse que não era necessário tanto alarido, até por que a sua questão foi dirigida ao senhor Presidente da Câmara, de qualquer forma a função dos membros da Assembleia Municipal é precisamente para fazer questões ao executivo e não uns aos outros.

Indicou que estava esclarecida ou, pelo menos, espera vir a estar, mas a sua questão não se prende somente no Facebook, prendesse na partilha do link do Youtube, pois relativamente a isto pensa não haver impedimento legal e, ou se criam redes sociais para a Assembleia Municipal e aí será a mesma a gerir a partilha e a divulgação, da qual apoia a cem por cento, ou então fala-se com a equipa de comunicação, porque o Município de Peniche tem uma página de Facebook e de Instagram.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2023:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Agradeceu a informação e questionou qual é o número total de trabalhadores da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que as Câmaras Municipais estão numa grande evolução, e não se pode dizer que se quer melhores escolas e depois não têm trabalhadores. Referiu que defende que, para além do preenchimento dos lugares, deveriam ter uma equipa operacional que salvaguardasse as baixas médicas e as férias para não ter pessoas nas escolas sem preparação. Indicou que o mundo da Câmara Municipal é muito diferente da altura em que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referindo que na gestão urbanística e no planeamento é um mundo completamente diferente, a Medidata que existia, hoje está a ser aplicada. Quanto ao número de trabalhadores, disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, poderia solicitar a informação aos serviços.

Deliberação n.º 24/2023: Submetida a proposta (n.º 1777/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, por maioria, com vinte (20) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), do Partido Socialista (7), da Coligação Democrata Unitária (3), do Chega (1) e dos senhores Luís Fernando Mamede de Matos Almeida, Ana João dos Santos Lima e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia Atouguia da Baleia, António Manuel Prioste Salvador, membros eleitos pelo Partido Social Democrata (3), e quatro (4) abstenções, dos senhores Francisco Manuel Pinto França Salvador, Nuno Rodrigo Sales Madeira, Margarida da Silva Martins e António José Antunes Vieira, membros eleitos pelo Partido Social Democrata (4), aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2023, aprovado pela Assembleia Municipal na segunda reunião da sessão ordinária de dezembro, realizada em 15 de dezembro de 2022.

MARCAÇÃO DE NOVA REUNIÃO:

Deliberação n.º 25/2023: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que os trabalhos desta sessão prosseguirão no dia 09 de outubro de dois mil e vinte e três, com a realização de nova reunião, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com início às vinte e uma horas e trinta minutos, com dispensa de convocação escrita.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 26/2023: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade

ENCERRAMENTO:

Sendo duas horas e dez minutos do dia trinta de setembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de fevereiro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na primeira reunião da sessão ordinária de novembro da Assembleia Municipal, realizada no dia 24 de novembro de 2023, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido

previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
